

REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



REVISTA BRASILEIRA DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

CDU-02:061.25(05)(081)

Publicação trimestral

Convênio com o Instituto Nacional do Livro

Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários

Rua Avanhandava, 40, conj. 110

São Paulo – Brasil

Editor – FEBAB

Diretor – Bibliotecária Laura Garcia Moreno Russo

Secretário responsável – Jornalista Etuji Nakashima

Colaboradores



SUMÁRIO

Editorial	105
Legislação	107-118
Bibliotecas Públicas	119-125
Catálogo na fonte	126-136
Normas internacionais para a descrição bibliográfica.	137-165
PRODASEN.	166-174
Arquivo literário alemão	175-178
Instituto Nacional do Livro.	179-181
Noticiário nacional	182-188
Noticiário internacional	189-193



REVISTA BRASILEIRA de BIBLIOTECONOMIA e DOCUMENTAÇÃO. (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários) São Paulo, 1973-

1973, 2 (4/6)

CDU: 02: 061.25(05) (81)



EDITORIAL

A Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação encerra neste número suas tarefas de 1973.

Nesta nova etapa de sua publicação, procuramos seguir a linha que caracterizou o FEBAB, boletim informativo, isto é, documentar as principais atividades da classe.

Foi um ano de grande movimento profissional, pois nele realizamos o VII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, com êxito e o maior entusiasmo.

Foi o ano, segundo nos parece, que os bibliotecários receberam o maior apoio e ajuda das autoridades do país.

O Instituto Nacional do Livro, do Ministério de Educação e Cultura, procurou orientar a classe para atividades nunca exercidas, que foram a de engajar-se a programas difíceis de levantamentos de dados e entrosamento com realidades sentidas e vividas por nossas populações.

Os bibliotecários corresponderam na medida de suas possibilidades, aos anseios do INL, cuja preocupação constante é a melhoria e difusão do livro; a criação e dinamização de bibliotecas; em benefício de um povo ávido de saber e de um país que já encontrou seu verdadeiro destino. O caminho está traçado, precisamos percorrê-lo.





Digitizado
gentilmente por:



DECRETO 73.167 — DE 20 DE NOVEMBRO DE 1973

Altera os valores das taxas e anuidades a serem cobradas pelos Conselhos Regionais de Biblioteconomia.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, decreta:

ART. 1.º

Fica alterada, a partir de 1 de janeiro de 1974, a Tabela aprovada pelo Decreto número 67.380, de 14 de outubro de 1970, publicado no Diário Oficial de 15 dos mesmos mês e ano, de acordo com os valores a seguir indicados:

	Cr\$
Anuidade paga até 31 de março	100,00
Anuidade paga após 31 de março (artigo 26 da Lei número 4 084/62), acréscimo de 20%	120,00
Inscrição	40,00
Transferência de Inscrição	20,00
Anotações, averbações, arquivamento e atos análogos	10,00
Certidões e atos análogos, por folha	8,00

ART. 2.º

O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de novembro de 1973; 152.º da Independência e 85.º da República.

EMILIO G. MÉDICI

JÚLIO BARATA

D. O. União, novembro de 1973.

Conselho Federal de Biblioteconomia

RESOLUÇÃO N.º 84

Fixa prazo para encaminhamento dos orçamentos dos Conselhos Regionais ao Conselho Federal de Biblioteconomia.



O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n.º 4 084, de 30 de junho de 1962, e o Decreto n.º 56 725, de 16 de agosto de 1965,

a) considerando que os orçamentos dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia devem ser encaminhados por intermédio do CFB ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, conforme disposto Decreto Lei n.º 200 de 1967;

b) considerando que esses Orçamentos devem ser apresentados ao Ministério do Trabalho e Previdência Social até 30 de abril de cada ano, de acordo com o art. 112 da Lei n.º 4 320/64,

RESOLVE:

Art. 1.º – Estabelecer o prazo até 30 de novembro de cada ano para os Conselhos Regionais de Biblioteconomia apresentarem ao Conselho Federal os seus orçamentos para o exercício imediatamente subsequente.

Art. 2.º – Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de agosto de 1973

Murilo Bastos da Cunha
Presidente do CFB

Diário Oficial da União, Seção I – parte II, 16-10-73, p. 3473.

RESOLUÇÃO N.º 85

Disciplina a elaboração dos atos que instrumentam o exercício das atribuições legais e regimentais do Conselho Federal de Biblioteconomia e das outras providências.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n.º 4.084, de 30 de junho de 1962, e o Decreto n.º 56.725, de 16 de agosto de 1965,

Considerando que há necessidade de uma racionalização para elaboração e controle dos atos que instrumentam a disciplina das matérias compreendidas em suas atribuições legais e regimentais;

Considerando que há necessidade de distinguir o ato de caráter normativo daquele que expressa e traduz simples decisão em caso concreto;

Considerando que a elaboração, sob um único nome jurídico – Resolução – de atos dedicados à regência de matérias díspares, instaura uma situação de difícil controle, não raro com aspectos anárquicos e confusos,



RESOLVE:

Art. 1.º — Resolução é o ato de caráter normativo do Conselho Federal, ou de seu Presidente, quando o exercer "ad referendum", para disciplinar matérias de sua atribuição legal e regimental, tais como:

- a) elaboração de seu regimento interno e homologação dos regimentos internos dos Conselhos Regionais;
- b) aprovação do orçamento e autorização para abertura de créditos adicionais;
- c) disposições sobre o quadro de pessoal, criação de cargos e funções, e fixação de vencimentos dos servidores;
- d) disciplina das operações referentes a mutações patrimoniais;
- e) adoção de providências necessárias para manter uniforme, em todo o País, as atividades dos Conselhos Regionais.

Art. 2.º — Deliberação é o ato de competência exclusiva do Conselho Federal, para instruir suas decisões em casos concretos, tais como:

- a) aprovação dos balancetes trimestrais, mensais e dos balanços do exercício;
- b) licença a Conselheiros;
- c) solução de dúvidas arguidas pelos Conselhos Regionais;
- d) autorização, em cada caso, de operação referente à mutação patrimonial;
- e) julgamento dos recursos das decisões dos Conselhos Regionais;
- f) imposição de penalidades aos Presidentes e aos membros dos Conselhos Regionais;
- g) homologação de eleições dos Conselhos Regionais;
- h) concessão, denegação ou cancelamento de registro de pessoas jurídicas;
- i) aprovação das admissões, nomeações, promoções, demissões e destituições de funções, feitas pelo Presidente;
- j) suspensão de servidor, quando por prazo superior a 90 (noventa) dias;
- l) licença a servidor por prazo superior a 6 (seis) meses.

Art. 3.º — Portaria é o ato de competência exclusiva do Presidente do Conselho, para disciplinar matérias que compõem suas atribuições regimentais, tais como:

- a) regulamentação dos atos do Conselho, para sua fiel execução;
- b) abertura de créditos adicionais autorizados em Resolução;
- c) concessão de dispensa, e licença a servidor, esta quando não superior a 6 (seis) meses;
- d) aplicação ao servidor das penas de advertência; de repreensão e de suspensão até 90 (noventa) dias.

Art. 4.º — As Resoluções deverão ser redigidas com clareza e precisão, sendo elencadas em artigos, e contendo logo abaixo do título, a



ementa anunciativa de seu objeto.

Art. 5.º — As Resoluções serão numeradas seguidamente, sem renovação anual.

Art. 6.º — A elaboração técnica dos atos de que trata esta Resolução, observará, além de outros, os seguintes princípios:

- a) nenhum ato será redigido sem prévio levantamento dos anteriores que tratam do mesmo assunto;
- b) quando o ato anterior ao novo trouxer alteração considerável, aquele será expressamente revogado, consolidando-se nesse último todas as disposições sobre a matéria;
- c) depois de aprovado, datado e assinado, o ato será numerado e indexado, pela ordem numérica e por assunto.

Art. 7.º — Os atos do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais caracterizam-se pelas siglas, respectivamente, "CFB" e "CRB", colocadas junto ao título.

Art. 8.º — Os Conselhos Regionais só podem regulamentar as Resoluções do CFB quando indispensável à sua fiel execução e desde que não lhe introduzam qualquer alteração.

Art. 9.º — A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de agosto de 1973

Murilo Bastos da Cunha
Presidente do CFB

Diário Oficial da União, Seção I — Parte II, 16-10-73, p. 3473.

RESOLUÇÃO N.º 86

Fixa prazo para encaminhamento das Prestações de Contas Anuais dos Conselhos Regionais ao Conselho Federal de Biblioteconomia.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n.º 4 084, de 30 de junho de 1962, e o Decreto n.º 56.725, de 16 de agosto de 1965,

- a) considerando a necessidade de normalizar as disposições que disciplinam as prestações de contas dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia ao Egrégio Tribunal de Contas da União;
- b) considerando que as contas dos Conselhos Regionais devem ser remetidas aos Tribunal de Contas da União, através da Inspeção Geral de Finanças do Ministério do Trabalho e Previdência Social e por intermédio



do Conselho Federal, conforme disposto no art. 9.º do Decreto n.º 61.386 de 1967, combinado com o parágrafo único do ítem VIII do art. 18 do Ato n.º 8 do Tribunal de Contas da União,

RESOLVE:

Art. 1.º – As Prestações de Contas anuais dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia deverão ser remetidas ao Conselho Federal até o último dia do mês de fevereiro, de acordo com o disposto no art. 7.º, capítulo I, do Ato n.º 8 do Tribunal de Contas da União.

Art. 2.º – O Presidente, em exercício, do CRB, é o responsável pelo levantamento e encaminhamento ao CFB da Prestação de Contas da execução orçamentária referente ao exercício imediatamente anterior.

Art. 3.º – Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de agosto de 1973

Murilo Bastos da Cunha
Presidente do CFB

Diário Oficial da União, Seção I – Parte II, 3 – 10 – 73, p. 3340.

RESOLUÇÃO N.º 87

Autoriza a criação de Delegacias estaduais e municipais dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia e dá outras providências.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 4 084, de 30 de junho de 1962 e o Decreto n.º 56.725, de 16 de agosto de 1965,

Considerando a conveniência de permitir maior fiscalização do exercício da profissão em todo o território nacional.

Considerando que a inexistência de representação dos Conselhos Regionais fora da área de suas sedes respectivas dificulta essa fiscalização e não facilita a congregação dos bibliotecários residentes no interior das regiões. Considerando que cumpre ao Conselho Federal adotar as medidas mais adequadas ao desenvolvimento da fiscalização na defesa dos interesses da instituição profissional,



RESOLVE:

Art. 1.º – Fica instituído o sistema de Delegacia dos Conselhos Regionais, que será dirigida por um Delegado.

§ único – O Delegado será escolhido pelo Conselho Regional e sua designação deverá recair em Bacharel em Biblioteconomia de comprovada idoneidade, com mais de 2 (dois) anos de exercício profissional e, no mínimo com 1 (um) ano de registro no CRB da jurisdição, sendo indispensável que resida no local-sede da Delegacia.

Art. 2.º – O Delegado será designado para representar o CRB, sem substituí-lo, competindo-lhe atuar em caráter administrativo, exclusivamente, na área municipal e na estadual, quando a sede do Conselho Regional se encontrar em outra unidade da Federação.

Art. 3.º – São atribuições dos Delegados dos Conselhos Regionais:

- a) exercer a fiscalização do exercício profissional, informando ao Conselho Regional qualquer irregularidade, ilicitude e zelar pelo cumprimento da legislação específica, sobretudo pelo prestígio e bom nome da Classe;
- b) receber e encaminhar ao Conselho Regional os pedidos de inscrição, cancelamento, certidão, declarações, requerimentos de qualquer natureza, representações, etc;
- c) promover a mais ampla divulgação dos atos e diretrizes do CRB;
- d) cadastrar os bibliotecários, bibliotecas e centros de informação ou documentação das respectivas jurisdições;
- e) arrecadar e encaminhar ao CRB as contribuições devidas pelos bibliotecários e entidades;
- f) relatar ao CRB mensal, trimestral e anualmente, as ocorrências e fatos de interesse, prestando contas de bens e valores sob sua guarda ou responsabilidade.

Art. 4.º – A função de Delegado, exercida a título gratuito, será considerada serviço relevante;

Art. 5.º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas e quaisquer disposições em contrário.

Brasília, 16 de agosto de 1973

Murilo Bastos da Cunha
Presidente do CFB

Diário Oficial da União, Seção I – Parte II, 3-10-73, p. 3340.



RESOLUÇÃO N.º 88

Considera relevante o serviço prestado, durante o exercício de mandato de Conselheiro aos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei n.º 4 084, de 30 de junho de 1962, e o Decreto n.º 56 725, de 16 de Agosto de 1965,

RESOLVE:

Art. 1.º — O serviço prestado aos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia, durante o Exercício de mandato de Conselheiro, é considerado de natureza relevante nos termos.

Art. 2.º — Concluídos os mandatos dos Conselheiros, o CFB expedirá o respectivo diploma certificando a prestação de serviço.

§ 1.º — Só será expedido o diploma ao Conselheiro que cumprir seu mandato por tempo não inferior à 2/3 (dois terços) do prazo de sua duração legal.

§ 2.º — Para efeito do disposto neste artigo, considera-se como de efetivo exercício o tempo de afastamento por motivo de doença.

§ 3.º — Em caso de renúncia ou perda de mandato, não será considerado válido, para efeito desta Resolução, o tempo de exercício, qualquer que ele seja.

Art. 3.º — Os Conselhos Regionais, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da expiração do mandato de seus membros, enviarão ao Conselho Federal a relação dos mesmos, esclarecendo com referência a cada Conselheiro, o nome, filiação, número de registro e número de sessões a que compareceu.

Art. 4.º — O diploma de que trata esta Resolução também será conferido ao Conselheiro Suplente do Conselho Federal de Biblioteconomia, desde que residindo fora da sede, tenha exercido o mandato com revesamento com o membro efetivo.

Art. 5.º — O diploma cuja expedição é da exclusiva competência do Conselho Federal de Biblioteconomia, deverá ser assinado por seu Presidente e 1.º Secretário, e será entregue pelos respectivos Conselhos Regionais, em sessão solene, especialmente convocada.

Art. 6.º — Os Conselhos Regionais, dentro de 90 (noventa) dias a contar da data desta Resolução remeterão, ao Conselho Federal, observado o disposto no art. 3.º, a relação de todos os ex-Conselheiros que no exercício dos mandatos já expirados, atenderem às condições estabelecidas



no art. 2.º, para fim de lhes conferir os respectivos diplomas.

Art. 7.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 16 de agosto de 1973

Murilo Bastos da Cunha
Presidente do CFB

Diário Oficial da União, Seção I — Parte II, 3-10-73, p. 3340.

RESOLUÇÃO N.º 89

Estabelece sanções aplicáveis no caso de não cumprimento das Resoluções e normas baixadas pelo Conselho Federal de Biblioteconomia.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 4 084, de 30 de junho de 1962, e o Decreto n.º 56 725, de 16 de agosto de 1965, art. 27 e 51.

Considerando que é expressa na legislação vigente a atribuição do Conselho Federal de manter a respectiva unidade de ação dos Conselhos Regionais. Considerando que compete ao Conselho Federal tomar todas as providências que julgar necessárias para manter homogênea e uniforme em todo o país, a necessária e devida orientação dos referidos Conselhos, Considerando, ainda, que as Resoluções emanadas do Conselho Federal, consubstanciando normas e diretrizes, visam a disciplinar a atuação dos Conselhos Regionais para manter a unidade de ação das mencionadas entidades,

RESOLVE:

Art. 1.º — Estabelecer sanções aplicáveis aos Conselhos Regionais, no caso de não cumprimento de Resoluções baixadas pelo Conselho Federal:

- a) advertência reservada;
- b) censura pública;
- c) suspensão do Presidente do Conselho Regional infrator;
- d) intervenção;
- e) comunicação às autoridades superiores, para a aplicação das cominações legais cabíveis aos responsáveis pelo CRB inadimplente.



Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 16 de Agosto de 1973

Murilo Bastos da Cunha
Presidente do CFB

Publicado no D. O. da União, 03-10-73 — seção I — parte II, p. 3340.

OUTRAS RESOLUÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA

Resolução n.º 90. Aprova Orçamento 1973, CRB-4.

Resolução n.º 91. Aprova Orçamento 1973, CRB-9.

Resolução n.º 92. Aprova Orçamento 1973, CRB-2

Resolução n.º 93. Aprova Orçamento 1973, CRB-8.

D. O. da União, 12-11-73, Série I, Parte II, p. 3805 - 3807.

DECRETO LEGISLATIVO 73, DE 1973

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Internacional entre o Governo da Colômbia e a UNESCO relativo ao Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o texto do Acordo número 2.

Art. 1.º São aprovados o texto do Acordo de Cooperação Internacional entre o Governo da Colômbia e a UNESCO, relativo ao Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e o texto do Acordo n.º 2, firmados em Bogotá, a 23 de abril de 1971, e 10 de agosto de 1972, respectivamente.

Art. 2.º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 3 de dezembro de 1973.

PAULO TORRES
Presidente do Senado Federal

Diário Oficial da União, 4-12-73, p. 13.395.



GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA 664, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1973

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que dispõe o parágrafo 2.º do artigo 27 da Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, combinado com o artigo 9.º do Decreto-lei 464, de 11 de fevereiro de 1969, resolve:

Art. 1.º Fica delegada competência à Reitoria da Universidade do Estado da Guanabara para promover o registro dos diplomas de curso superior regularmente reconhecido, expedidos não só pelas suas próprias unidades como também pelos estabelecimentos isolados de ensino superior mantidos pelo Estado da Guanabara.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário. — *Jarbas Gonçalves Passarinho.*

Diário Oficial da União, 5-12-73.

DECRETO 73.260 – DE 6 DE DEZEMBRO DE 1973

Autoriza o funcionamento do Curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Educação de Florianópolis, mantida pela Fundação Educacional de Santa Catarina, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, ítem III, da Constituição, de acordo com o artigo 47, da Lei número 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-lei número 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 262.508-73, do Ministério da Educação e Cultura, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o funcionamento do curso de Biblioteconomia da Faculdade de Educação de Florianópolis, mantida pela Fundação Educacional de Santa Catarina, com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 6 de dezembro de 1973; 152.º da Independência e 85.º da República.

Emílio G. Médici
Jarbas G. Passarinho



RESOLUÇÃO 325 – DE 26 DE NOVEMBRO DE 1973

Regulamenta a admissão de diplomados por Universidades estrangeiras, na USP, na qualidade de bolsistas.

Orlando Marques de Paiva, Reitor Da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais e de acordo com aprovação do CEPE, em sessão realizada em 25-9-73, baixa a seguinte resolução:

Artigo 1.º – Fica a Reitoria da USP autorizada a conceder nas condições abaixo estipuladas, 20 (vinte) bolsas de estudo a diplomados por Universidades estrangeiras, no valor mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) cada.

Artigo 2.º – As bolsas serão concedidas anualmente, de preferência a graduados que se preparam para funções docentes ou de pesquisa e que tenham plano bem definido de atividade científica, tecnológica ou cultural a ser executado na USP.

Parágrafo único – A CODAC poderá recomendar ao candidato que, simultaneamente, realize estágio ou programa de trabalho referente à cultura brasileira ou latino-americana.

Artigo 3.º – As inscrições serão feitas mediante formulários, fornecidos pela CODAC, os quais deverão ser devolvidos, devidamente preenchidos, até o último dia de fevereiro de cada ano para candidatura às bolsas do ano subsequente.

Artigo 4.º – O julgamento das candidaturas será feito por Comissão de Bolsas, composta de três professores da USP, respectivamente das áreas biomédica, tecnológica e de ciências humanas, e designada pelo Reitor.

§ 1.º – Caberá à Divisão de Difusão Cultural da CODAC assessorar a Comissão de Bolsas, preparando o expediente e a instrução dos processos bem como as folhas de pagamento dos bolsistas.

§ 2.º – Serão automaticamente desclassificados os candidatos que:

- a) não tiverem concluído o curso superior;
- b) não tiverem apresentado plano de pesquisa definido e pormenorizado;
- c) não tiverem apresentado, devidamente preenchido, o item 27 do formulário a que se refere o artigo 3.º desta Resolução quanto à situação garantida em seu país de origem;
- d) não tiverem apresentado currículo satisfatório.

§ 3.º – As reuniões da Comissão de Bolsas serão comunicadas previamente ao Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores e ao Gabinete do Reitor da USP, que poderão designar representantes para fins de assessoria e informação.

Artigo 5.º – O parecer da Comissão de Bolsas deverá ser apresentado à Reitoria até 15 de junho de cada ano, indicando os candidatos



selecionados e os eventuais suplentes, na ordem da classificação geral.

§ 1.º — Para elaboração do parecer, a Comissão de Bolsas ouvirá o Departamento onde o candidato pretende realizar a pesquisa, o qual se comprometerá a orientá-lo no trabalho de investigação.

§ 2.º — A Comissão de Bolsas poderá solicitar sempre que necessário, manifestação de especialistas na matéria.

§ 3.º — O parecer da Comissão de Bolsas terá carácter confidencial.

Artigo 6.º — A Reitoria da USP dará publicação aos nomes contemplados até 30 de junho e esses candidatos deverão confirmar a aceitação da bolsa até o dia 30 de agosto.

Parágrafo único — A Comissão de Bolsas cancela as bolsas dos contemplados que não tiverem confirmado sua aceitação e procederá ao preenchimento das vagas daí resultantes segundo a ordem de classificação geral.

Artigo 7.º — Cada bolsa terá a duração de 10 (dez) meses iniciando-se a 1.º de março e terminando em 31 de dezembro.

§ 1.º — O bolsista que, por motivo relevante, não houver concluído sua pesquisa até o término da bolsa, poderá solicitar à Comissão de Bolsas, através da CODAC, até 30 de novembro, a prorrogação da bolsa, desde que a justificação do pedido venha ratificada pelo seu orientador.

§ 2.º — Havendo motivo justificado e disponibilidade orçamentária, poderá ser concedida ao bolsista em carácter excepcional, uma só prorrogação com a duração máxima de 12 (doze) meses.

Artigo 8.º — Os bolsistas devem apresentar à Comissão de Bolsas, cada cinco meses, relatório pormenorizado de suas atividades, devidamente apreciado pelo orientador da pesquisa.

§ 1.º — Os bolsistas não poderão exercer outra atividade, remunerada ou não.

§ 2.º — Mediante parecer fundamentado da Comissão de Bolsas, aprovado pelo Coordenador da CODAC, a bolsa poderá ser cancelada em qualquer tempo.

Artigo 9.º — O Reitor da USP, ouvida a Comissão de Bolsas resolverá os casos omissos.

Artigo 10 — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia com relação às bolsas a serem pagas a partir de 1975.

Artigo 11 — As despesas decorrentes desta Resolução correrão pelas verbas próprias do orçamento da CODAC a partir do exercício de 1974.

Artigo 12 — Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as da Portaria GR-705, de 21-1-69.

. O O O



BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Objetivando estimular a criação de bibliotecas públicas, o Instituto Nacional do Livro decidiu que, a partir de 1974, os livros didáticos serão encaminhados, exclusivamente, aos municípios que possuam bibliotecas ou salas de leitura. Por força de lei, são os prefeitos obrigados a empregar em educação porcentagem de seus orçamentos, daí a exigência.

Em um país que não tem desenvolvido o hábito da leitura e que, por consequência disto, sofre o impacto de comunicações audiovisuais do tipo massificante, é a resolução do INL de valor inestimável para a promoção da educação permanente.

Visando colaborar para a concretização da medida, a FEBAB inicia neste número a publicação de uma série de esquemas de recintos para abrigar salas de leitura e pequenas bibliotecas.

A tabela de padrões publicada em 1966 na Revista Acrópole, considerou como acervo inicial 15.000 volumes, para comunidades de até 50.000 habitantes.

Após a referida publicação, empreendemos o levantamento das bibliotecas públicas em 571 municípios paulistas. O Estado de São Paulo foi escolhido, pelo número de municípios que integra, agrupados em 11 Regiões Administrativas e pelo desenvolvimento sócio-econômico que a maioria deles apresenta.

A tabulação de dados pôs em evidência a pobreza de acervos em 173 bibliotecas existentes. Trouxe-nos ao conhecimento a inexistência de bibliotecas em 365 municípios e acervos inferiores a 500 volumes, em 33 bibliotecas municipais.

Apesar desses dados tão desalentadores, não modificamos nosso modo de encarar a biblioteca pública, no que respeita aos padrões mínimos que devem observar, visando, realmente, servir a seus munícipes.

O envolvimento com os problemas de bibliotecas públicas, durante 30 anos; estágios e observações de grandes redes de bibliotecas européias e americanas, permitiram-nos estabelecer alguns padrões para nosso país. Em sua elaboração não esquecemos de considerar o índice de analfabetos.

Consideramos, também, que nossas bibliotecas vivem invadidas por estudantes de todos os graus de ensino. Eles não procuram um determinado livro, mas os livros necessários ao cumprimento de tarefas próprias de seus currículos.



Todos aqueles que militam em bibliotecas públicas e escolares sabem que as obras didáticas devem existir em número de exemplares que satisfaçam a procura, daí não ser admissível denominar biblioteca pública a um recinto com pequeno acervo.

O INL sabiamente designou esses recintos de SALAS DE LEITURA. É assim que os classificamos também.

Quanto ao julgamento dispensado às bibliotecas públicas, em relação ao tamanho de seus acervos, são discrepantes as opiniões. Em nosso entender, porém, são Salas de Leitura, os recintos cujos acervos atingem até 15.000 volumes; pequenas bibliotecas as que possuem coleções de 15.001 a 50.000 volumes; médias bibliotecas as de 50.001 a 100.000 volumes.

Levando em conta a pobreza dos acervos de todas as bibliotecas brasileiras, incluindo as Estaduais, pode-se considerar grandes bibliotecas as que dispõem de acervos superiores a 100.000 volumes. É evidente que nesse conceito não incluímos a Biblioteca Nacional, cuja finalidade cada dia mais se distancia da obrigação de atender a público indiscriminado.

Continuamos a afirmar que nenhum Município deve manter em sua Biblioteca Pública acervo inferior a 15.000 volumes.

Os pequenos Municípios que não dispõem de outros recursos bibliográficos, senão a sua biblioteca pública, devem observar os padrões mínimos que designam maior número de volumes "per capita", porque acervos insuficientes cansam os consulentes e desacreditam a biblioteca.

No sentido de atualizar nosso cadastro, apresentamos na página 125 o questionário que pedimos seja copiado, preenchido e devolvido à FEBAB, por Diretores e Encarregados de Bibliotecas Públicas.



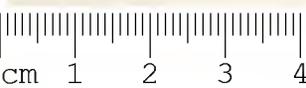
**BIBLIOTECAS COM ACERVOS DE 2.500 A 14.000 VOLUMES
PADRÕES MÍNIMOS**

POPULAÇÃO habs.	ACERVO livros	RLH * livros/habs.	ESTANTES	ÁREAS - M2				
				DEPÓSITO	LEITURA TRABALHO	ADICIONAL TOTAL		
3.000	2.500	0,83	84	24	4	8	24	60
5.000	3.000	0,60	100	28	7	10	19	64
10.000	5.000	0,50	137	47	13	16	30	106
20.000	9.000	0,45	300	84	26	29	59	198
30.000	12.000	0,40	400	111	39	38	71	259
40.000	14.000	0,35	467	130	52	45	84	311

* Razão livro por habitante



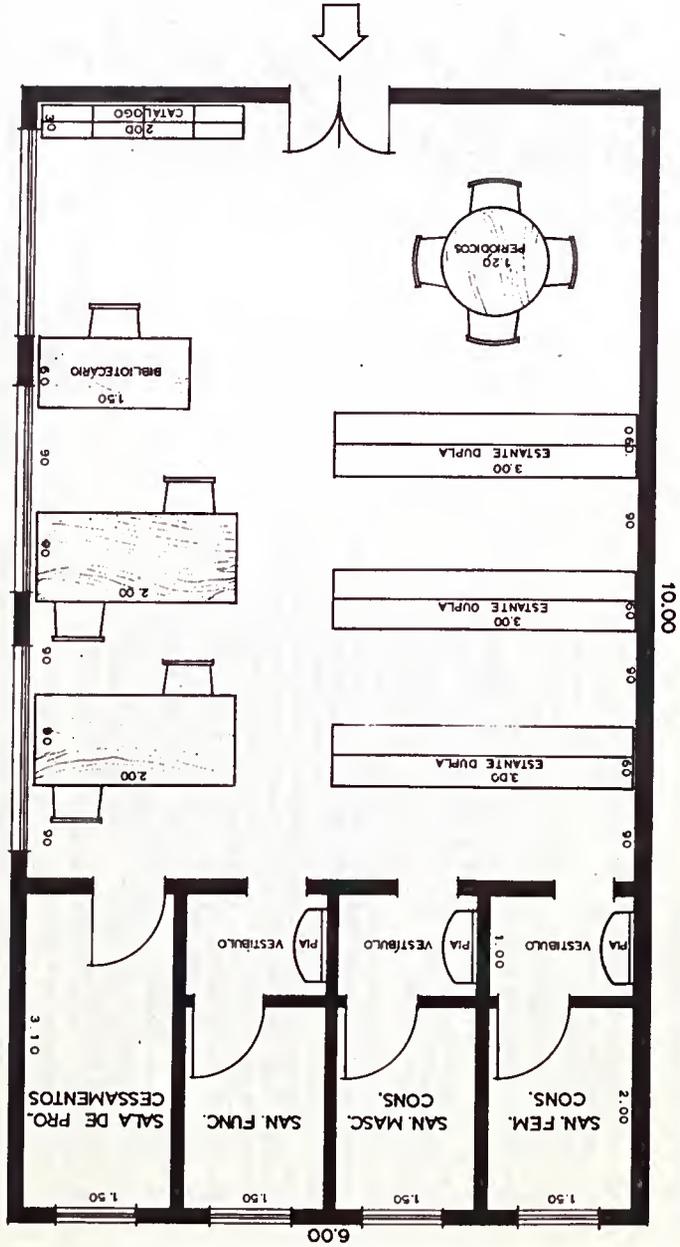
POPULAÇÃO	ACERVO	METROS LINEARES DE PRATELEIRAS	ÁREA NECESSÁRIA
abaixo de 50.000	15.000	500 metros	139 m ²
de 50.000 a 74.999	15.000 mais 1 volume cada 2 habitantes acima de 50.000.	500 mais 30 cm, por 8 volumes acima de 27.500	139 m ² mais 1 m ² por grupo de 10 livros acima de 15.000.
de 75.000 a 99.999	27.500 mais 1 volume cada 2 habitantes acima de 75.000.	920 mais 30 cm por 8 volumes acima de 27.500.	256 m ² mais 1 m ² por grupo de 10 livros acima de 27.500.
de 100.000 a 149.999	40.000 mais 1 volume cada 3 habitantes acima de 100.000.	1.340 mais 30 cm por 8 volumes acima de 40.000.	372 m ² mais 1 m ² por grupo de 10 livros acima de 40.000.
de 150.000 a 199.999	57.000 mais 1 volume cada 3 habitantes acima de 150.000.	1.900 mais 30 cm por 8 volumes acima de 57.000.	530 m ² mais 1 m ² por grupo de 10 livros acima de 57.000.
de 200.000 a 299.999	74.000 mais 1 volume cada 4 habitantes acima de 200.000.	2.500 mais 30 cm por 8 volumes acima de 74.000.	688 m ² mais 1 m ² por grupo de 10 livros acima de 74.000.
de 300.000 a 399.999	99.000 mais 1 volume cada 4 habitantes acima de 300.000.	3.300 mais 30 cm por 8 volumes acima de 99.000.	921 m ² mais 1 m ² por grupo de 10 livros acima de 99.000.
de 400.000 a 499.999	124.000 mais 1 volume cada 4 habitantes acima de 400.000.	4.140 mais 30 cm por 8 volumes acima de 124.000.	1.153 m ² mais 1 m ² por grupo de 10 livros acima de 124.000.
500.000	130.000	4.340 m	1.209 m ²
acima de 500.000	1 volume para 5 habitantes.	4.340 mais 30 cm por 8 volumes acima de 130.000.	1.209 m ² mais 1 m ² por grupo de 10 livros acima de 130.000.



ÁREA PARA LEITORES	ÁREA PARA PESSOAL	ÁREA ADICIONAL	ÁREA TOTAL
65 m ² , no mínimo, para 23 leitores	48 m ²	90 m ²	342 m ²
65 m ² , no mínimo, para 23 leitores mais 3 lugares para cada 23 leitores acima de 50.000.	48 m ² , mais 14 m ² por funcionário, se houver mais que 3 em tempo integral	93 m ²	345 m ² ou 60 m ² , para cada 1.000 habitantes acima de 50.000
158 m ² , no mínimo, para 55 leitores mais 3 lugares para cada 55 leitores acima de 75.000.	100 m ² , mais 14 m ² por funcionário, se houver mais que 8 em tempo integral.	180 m ²	703 m ² ou 60 m ² , para cada 1.000 habitantes acima de 75.000.
201 m ² , no mínimo, para 70 leitores mais 2 lugares para cada 70 leitores acima de 100.000.	130 m ² , mais 14 m ² por funcionário, se houver mais que 12 em tempo integral.	450 m ²	1.153 m ² ou 50 m ² para cada 1.000 habitantes acima de 100.000.
288 m ² , no mínimo, para 100 leitores mais 2 lugares para cada 100 leitores acima de 150.000.	150 m ² , mais 14 m ² por funcionário, se houver mais que 15 em tempo integral.	500 m ²	1.468 m ² ou 50 m ² para cada 1.000 habitantes acima de 150.000.
575 m ² , no mínimo, para 200 leitores mais 1 lugar para cada 200 leitores acima de 200.000.	200 m ² , mais 14 m ² por funcionário, se houver mais que 18 em tempo integral.	700 m ²	2.163 m ² ou 40 m ² para cada 1.000 habitantes acima de 200.000.
863 m ² , no mínimo, para 300 leitores mais 1 lugar para cada 300 leitores acima de 300.000.	300 m ² , mais 14 m ² por funcionário, se houver mais que 25 em tempo integral.	1.000 m ²	3.084 m ² ou 40 m ² para cada 1.000 habitantes acima de 300.000.
1.438 m ² , no mínimo, para 500 leitores mais 1 lugar para cada 500 leitores acima de 400.000.	350 m ² , mais 14 m ² por funcionário, se houver mais que 32 em tempo integral.	1.200 m ²	4.140 m ² ou 40 m ² para cada 1.000 habitantes acima de 400.000.
2.875 m ² , no mínimo, para 1.000 leitores.	400 m ²	1.300 m ²	5.784 m ²
2.875 m ² , no mínimo, para 1.000 leitores mais 1 lugar para cada 1.000 leitores acima de 500.000.	400 m ² , mais 14 m ² por funcionário, se houver mais que 35 em tempo integral.	1.300 m ² mais 30 m ² para cada 1.000 habitantes acima de 500.000	5.784 m ² mais 4 m ² para cada 1.000 habitantes acima de 500.000.



SALA DE LEITURA



FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS

Rua Avanhadava, 40, conj. 110 – São Paulo

Questionário

Bibliotecas Públicas

1. DENOMINAÇÃO DA BIBLIOTECA _____
2. ENDEREÇO _____
3. CAIXA POSTAL _____ TELEFONE _____
4. BAIRRO _____ CIDADE _____ ESTADO _____
5. NOME DO DIRETOR _____
6. QUAL O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA? _____
7. QUANTAS PESSOAS TRABALHAM NA BIBLIOTECA? _____
8. QUANTOS BIBLIOTECÁRIOS? _____
9. EM QUE ESCOLA O BIBLIOTECÁRIO CHEFE SE FORMOU? _____
10. DATA DE FUNDAÇÃO DA BIBLIOTECA _____
11. ESPECIFICAR FUNÇÕES EM FOLHA À PARTE _____
12. ACERVO
N.º de livros _____ N.º de diafilmes _____
N.º títulos de jornais _____ N.º de diapositivos _____
N.º títulos de revistas _____ N.º de partituras _____
N.º de gravuras _____ N.º de manuscritos _____
N.º de mapas _____ N.º de folhetos _____
N.º de incunábulo _____
13. MÉDIA MENSAL DE CONSULTAS _____
14. JUNTAR ORGANOGRAMA, ESPECIFICANDO DIVISÕES E SECÇÕES
(desenho simples)
15. QUAIS OS CATÁLOGOS MANTIDOS AUTORES _____
TÍTULOS _____
SISTEMÁTICOS _____
16. QUAL A CLASSIFICAÇÃO USADA? _____
17. QUAL O CÓDIGO USADO NA CATALOGAÇÃO _____
18. QUAL A VERBA PARA A COMPRA DE LIVROS EM 1973? _____
19. QUAL A VERBA PARA A COMPRA DE PERIÓDICOS EM 1973? _____
20. QUAL O EQUIPAMENTO REPROGRÁFICO DE QUE DISPÕE? _____
21. QUAL A POPULAÇÃO DESSE MUNICÍPIO? _____
22. NOME DO ATUAL PREFEITO _____
23. MANDATO DO PREFEITO _____
24. ENDEREÇO DA PREFEITURA _____
25. ENDEREÇO DO AROUIVO MUNICIPAL _____

NOTA: se não houver Biblioteca Municipal, preencha os itens 20 a 24 deste questionário e o devolva com urgência para o endereço supra citado.



CATALOGAÇÃO NA FONTE: Resultado da colaboração entre editores e bibliotecários

CDU 025.3
CDD 025.35

Por Lia M. A. Frota
Assistente-Técnico da Pres. do
IBBD. Assessora do Centro de
Bibliotecnia do SNEL.

RESUMO

A importância da ficha catalográfica como veículo inicial para a disseminação dos dados bibliográficos. O papel das centrais de catalogação e sua profícua contribuição à normalização, à economia e ao aproveitamento da mão-de-obra qualificada. Catalogação na fonte no Brasil e a necessidade de conscientização dos editores para sua participação direta e maciça no sistema, o qual visa a divulgar antecipadamente a produção livreira nacional e a incrementar sua venda no País e no exterior. Catalogação-legível-por computador através dos formatos MARC II, CALCO e MARCAL para maior rapidez na recuperação e disseminação dos dados catalográficos em fitas magnéticas, fichas, bibliografias e catálogos — instrumentos básicos para a transferência da informação bibliográfica.

1 FICHA CATALOGRÁFICA

Dentro do conceito de comunicação, ficha catalográfica é a "mensagem" codificada conforme normas nacionais e internacionais estabelecidas para facilitar a transferência da informação bibliográfica. Esta "mensagem" comunica ao leitor o resultado analítico-sintético de uma obra publicada e compõe-se de seus elementos identificadores. Estes elementos identificadores apresentados de maneira normalizada informam: Quais os responsáveis intelectuais (autor, compilador, tradutor, editor, etc.) pelo documento publicado. Qual o seu título. Em que número sua edição se encontra. Em que local está sediada e o nome de sua editora publicadora. Em que ano foi impresso e divulgado. Quais as suas características físicas ou bibliográficas (páginas, volumes, ilustrações, etc.). O que merece maior destaque em seu contexto. Quais as palavras-chave e/ou cabeçalhos de assunto que expressam seu conteúdo. Qual(is) o(s) código(s) ou número(s) que representa(m) seu(s) assunto(s) no(s) Sistema(s) de Classificação Bibliográfica. Qual o número que representa seu Título dentro de sua Editora de acordo com o Sistema Internacional para Numeração de Livros.

Estes elementos e as fichas catalográficas acumulados e organizados sistematicamente constituem u'a massa de dados bibliográficos que



formam os tradicionais catálogos de bibliotecas e bibliografias. Quando esta massa de dados é tratada por processos eletrônicos, facilmente são criados os instrumentos básicos necessários à informação bibliográfica: fitas magnéticas, fichas impressas, bibliografias nacionais, catálogos coletivos de bibliotecas, etc.

2 CENTRAIS DE CATALOGAÇÃO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Diante do desejo de melhorar a técnica da catalogação e levando em consideração seu aspecto econômico e a falta de mão-de-obra qualificada, vários países criaram centrais de catalogação com a finalidade de distribuir fichas impressas. Desta forma um livro é catalogado apenas uma vez e sua ficha utilizada por várias bibliotecas.

A cooperação mais estreita entre os grandes centros bibliográficos do mundo e os novos progressos havidos na utilização das máquinas e na automação das operações efetuadas nas bibliotecas permitiram a divulgação de informações bibliográficas antes da publicação das bibliografias nacionais. Como exemplo temos o L. C. National Program for Acquisitions and Cataloging (NPAC), da Biblioteca do Congresso dos EUA mais conhecido como Shared Cataloging Program que visa a assegurar a aquisição de todas as publicações editadas no mundo inteiro, de interesse dos estudiosos, e a divulgar, em seguida, rapidamente, os dados catalográficos relativos a essas publicações. Para conseguir este objetivo a L. C. vem desenvolvendo a cooperação internacional, sobretudo no campo da catalogação, através das bibliografias nacionais. Mediante convênios feitos com as instituições encarregadas da publicação das bibliografias nacionais de diversos países a L. C. recebe a última prova ("boneca") dessas bibliografias a fim de selecionar as obras que sejam de seu interesse e dos pesquisadores americanos, cataloga-as de acordo com os princípios da catalogação cooperativa, que permite uniformizar, em plano internacional, a descrição bibliográfica, e através das fichas impressas, das fitas magnéticas MARC e do Catálogo Coletivo Nacional.

Imprimindo maior atividade aos trabalhos de catalogação utilizados para este fim, as bibliotecas nacionais e outras grandes bibliotecas colocaram rapidamente nas mãos dos usuários as publicações nacionais, e sobretudo as estrangeiras, necessárias aos trabalhos de pesquisa especializada. Desta forma foi possível acelerar os procedimentos da catalogação e do controle bibliográfico; aumentar a venda internacional de publicações colocando-as mais rapidamente à disposição dos pesquisadores e, ao mesmo tempo, reduzir o custo da catalogação das bibliotecas do mundo inteiro. Além da Central de catalogação da Biblioteca do Congresso podem



ser citadas, ainda, a Editora Wilson nos Estados Unidos; a British National Bibliography (BNB); A Câmara do Livro e a Biblioteca de Lenine da URSS; o Serviço de Intercâmbio de catalogação do IBBD, etc.

Em 1965, o Comitê consultivo internacional de bibliografia, documentação e terminologia recomendou em sua 3.^a Sessão realizada em Moscou, em abril de 1965, um estudo sobre o assunto a fim de avaliar como esse sistema vem sendo empregado e como se apresenta do ponto de vista prático tendo, como resultado, a publicação de R. S. GILJAREVSKIJ ¹. Pela enquete feita chegou-se à conclusão de que as fichas distribuídas pelas centrais de catalogação ainda não representam a totalidade dos livros adquiridos anualmente pelas bibliotecas, além de não satisfazer plenamente suas necessidades quanto à técnica da catalogação. Sob este aspecto, a catalogação-na-fonte é muito mais segura e fiel porque a ficha impressa na própria publicação é elaborada pelo catalogador com a colaboração do autor e do editor, e mais eficaz porque permite que as bibliotecas copiem e desdobrem as fichas tantas vezes quantas forem necessárias, imediatamente após a aquisição da publicação.

Embora as centrais de catalogação-na-fonte, encarregadas, apenas, da catalogação dos livros nacionais, tenham sido idealizadas à época das centrais de catalogação para distribuição de fichas impressas e ambas co-existam e tenham que coexistir, a primeira vem se desenvolvendo em menor escala que a segunda devido a dificuldades técnicas e, principalmente, à falta de colaboração dos editores.

Os editores de revistas científicas e de periódicos deram os primeiros passos nesse sentido com o objetivo de ajudar seus leitores na formação de seus catálogos de artigos de periódicos.

Atualmente, a catalogação-na-fonte vem se impondo em vários países e suas centrais estão geralmente localizadas nas bibliotecas nacionais (EUA, URSS), nas câmaras de livros ou em grandes editoras (URSS, EUA, Brasil). Quando a catalogação-na-fonte for mais difundida e cobrir maciçamente a produção bibliográfica nacional, as centrais de catalogação de distribuição de fichas terão apenas que fazer algumas adaptações e traduzir para a língua de seu país os termos-chave ou cabeçalhos de assunto das fichas impressas nos documentos estrangeiros.

3 CATALOGAÇÃO NA FONTE

Catalogação-na-fonte significa a ficha catalográfica impressa na própria publicação. Esta ficha impressa no verso da página-de-rostro ou no final da publicação (quer seja livro, folheto, publicação oficial ou periódico) é como se fora seu cartão de apresentação informando de maneira resumida, mas precisa, suas características extrínsecas e intrínsecas.



3.1 — Finalidades

Dentre as finalidades da catalogação-na-fonte destacam-se as seguintes:

- ativar a divulgação da publicação, antes mesmo de impressa;
- facilitar sua encomenda e, conseqüentemente, acelerar sua aquisição;
- uniformizar os catálogos das bibliotecas;
- promover a interiorização de bibliotecas, onde há carência de mão-de-obra qualificada;
- propiciar a transferência de informações bibliográficas em nível nacional e internacional.

4 CATALOGAÇÃO NA FONTE NO BRASIL

A Catalogação-na-fonte no Brasil iniciou-se em 1971, por sugestão da bibliotecária paulista Regina Carneiro ao apresentar um trabalho sobre o assunto no III Encontro de Editores de Livros realizado em Serra Negra, S.P., em 1970².

Existem, atualmente, duas centrais de catalogação-na-fonte no Brasil: na Câmara Brasileira do Livro (CBL), em São Paulo, SP e no Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) no Rio de Janeiro, GB. Ambas trabalham em estreita colaboração, seguem as mesmas normas e contam, desde o início, com o apoio integral do Instituto Nacional do Livro e da Editora da Universidade de São Paulo.

A Central da CBL é bastante mais produtiva em virtude da colaboração maciça de 42 Editoras paulistas. Em dois anos de existência catalogou cerca de 1.500 livros, enquanto que a Central do SNEL, apenas cerca de 400. Mas os trabalhos do SNEL persistem na esperança de que os editores cariocas compreendam a importância e as vantagens que o sistema catalisa para suas próprias vendas, mediante a divulgação antecipada de seu produto.

Além da catalogação-na-fonte o SNEL publica, através de seu Centro de Bibliotecnia, o Resumo Bibliográfico (RB) — bibliografia brasileira corrente, com periodicidade mensal — que arrola os livros enviados pelas Editoras comerciais ao Depósito Legal da Biblioteca Nacional. Apenas a minoria desses livros apresenta a ficha catalográfica impressa.

A partir de v. 6, n. 6, junho de 1973, o RB passou a incluir, também, as fichas de catalogação-na-fonte, elaboradas em sua Central e no futuro passará a incluir as elaboradas pela Central da CBL, com o propósito de atingir mais rapidamente seu principal objetivo — divulgar no País e no exterior a produção livreira nacional, antes mesmo de lançada no mercado.

Temos, no momento, um Projeto de Lei tramitando no Congresso, elaborado pelo deputado Faria Lima que "obriga a inclusão da ficha



catalográfica nos livros publicados no País e dá outras providências". A conclusão a que chega o senhor deputado Faria Lima é que "para a realização do projeto de catalogação-na-fonte, em âmbito nacional, será indispensável um *trabalho coordenado de bibliotecários e editores*. Impõe-se uma lei que regulamente o processo de catalogação-na-fonte a fim de que o livro, este disseminador da cultura, seja despojado dos entraves que impede sua rápida tramitação e divulgação em âmbito nacional como internacional".

4.1 Metodologia

Quando o livro está ainda em processo de impressão a Editora envia sua última prova – "boneca" – à Central encarregada pela execução da catalogação, acompanhada de um formulário elaborado pela Central e preenchido pela Editora. O editor informa sobre os elementos essenciais extrínsecos e o autor, tradutor ou compilador sobre o conteúdo, dando as palavras-chave mais expressivas que o traduzem. O catalogador elabora a ficha de acordo com as normas e códigos vigentes e a envia, juntamente com a devolução da "boneca", no prazo máximo de 7 dias, a fim de que seja impressa no verso da página-de-rosto. *Cópias dessas fichas são enviadas pela Central, por solicitação, às bibliotecas públicas mais representativas, e cópias selecionadas às bibliotecas especializadas, de acordo com o(s) assunto(s) de seu interesse, para informar o que está para ser lançado no mercado livreiro do País e facilitar as encomendas às Editoras e/ou Livrarias.*

No momento em que o RB do SNEL atualizar a divulgação das fichas de catalogação-na-fonte não haverá mais necessidade da remessa de cópias das mesmas às bibliotecas solicitantes. O RB será seu instrumento de divulgação.

5 NORMAS CATALOGRÁFICAS E BIBLIOGRÁFICAS

As normas asseguram a uniformidade dos processos de catalogação e de referência bibliográfica e, conseqüentemente, a uniformidade dos catálogos de bibliotecas e das bibliografias nacionais, fator indispensável na transferência da informação bibliográfica.

Estas normas compreendem:

- códigos de catalogação;
- normas de referência bibliográfica;
- listas de cabeçalhos de assunto e, modernamente, os "thesauri";
- sistemas de classificação;
- sistema internacional de numeração de livros.



Vários estudos já foram e vêm sendo feitos em níveis nacional e internacional.

5.1 Códigos de catalogação e Normas de referência bibliográfica

Em 1967, os comitês de catalogação representando os Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá produziram as *Anglo-American Cataloging Rules*³ (AACR), textos norte-americano e inglês, já aceitas internacionalmente, traduzidas para o português⁴, espanhol, francês, etc. As regras deste código para escolha do *cabeçalho principal* basearam-se em princípios concordes dos representantes dos serviços nacionais de bibliografia de 53 países e de 12 organizações internacionais que se reuniram na *Conferência Internacional sobre os Princípios de Catalogação*, Paris, 1961⁵. Suas regras para Catalogação descritiva (elementos bibliográficos identificadores do documento) de monografias serviram, por sua vez, de base às novas *Normas Internacionais de Referência Bibliográfica (ISBD)*⁶ — já traduzidas para o português⁷ pela bibliotecária paulista Maria Luiza Monteiro da Cunha — elaboradas por um Grupo de Trabalho da IFLA e aprovadas pela ISO. Estas normas irão constituir o Capítulo 6 do AACR em sua próxima edição, e já vêm sendo adotadas pelas bibliografias nacionais de alguns países e, em breve pelos MARC/LC, MARC/UK e MARC/Canadá, e no futuro, pela CALCO, no Brasil.

As Centrais do SIC, CBL e SNEL adotam o AACR.

5.2 Listas de cabeçalhos de assunto

Embora já tenha sido constatado que os tradicionais cabeçalhos de assunto, bem como os termos-chave de outros sistemas de indexação coordenada, não satisfaçam inteiramente à recuperação da informação, continuarão a ser usados, ainda por algum tempo, nos catálogos de bibliotecas.

Experiências feitas pelos MARC/LC e MARC/UK, e pelo sistema de Disseminação da Informação Seletiva (SDI) da Universidade de Indiana mostraram que na área de ciências sociais os cabeçalhos de assunto da LC (Biblioteca do Congresso dos EUA) são mais eficazes na recuperação da informação do que os números de classificação incluídos nas fitas magnéticas do MARC⁸.

Até que uma nova e mais adequada abordagem de assunto comprove sua eficiência, os cabeçalhos de assunto serão recuperados eletronicamente, desde que baseados em listas, revistas, atualizadas e perfeitamente normalizadas.

No Brasil, a situação é bastante precária e incipiente sob este



aspecto, o que dificulta bastante o trabalho e a uniformização dos catálogos das bibliotecas.

As Centrais do SIC, da CBL e do SNEL adotam *lista geral* da LC traduzindo-a e adaptando-a, e pretendem publicá-la; aliás, urge esta publicação. As letras A, B e Anexos já foram publicados pelo SIC e, dentro de seu cronograma de trabalho, culminará em final de 1974.

Quanto às *listas especializadas*, temos, também, em processo de publicação a do Grupo de Trabalho em Tecnologia, da Associação Paulista de Bibliotecários. *Cabeçalhos de assunto usados na área tecnológica*. Ed. preliminar (letras A a D).

Com a criação desses Grupos de Trabalho no Brasil, iniciados em São Paulo e, conseqüentemente, a criação de redes de Bibliotecas por especialidades, estamos dando grande passo para a solução da organização das bibliotecas brasileiras, dentro dos mesmos Critérios de uniformização. Daí, naturalmente, advirão várias publicações, principalmente as *listas especializadas de cabeçalhos de assunto* ou os *thesauri*. Sobre estes últimos, a Comissão de Terminologia da ABNT está traduzindo o "Macro-thesaurus" da OCDE (Organisation de Coopération et de Développement Economique) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, o "thesaurus" do EUDISED (European Documentation and Information System for Education).

5.3 Sistemas de Classificação bibliográfica

Os Centros de catalogação-na-fonte da CBL e do SNEL adotam permanentemente o CDD — sistema mais utilizado pelas bibliotecas brasileiras pela sua praticabilidade quanto à arrumação dos livros nas estantes — e o CDU para os livros publicados em co-edição com o INL. Este sistema é utilizado apenas em 16% das bibliotecas especializadas, talvez por sua complexidade de notação, como pela dificuldade na aquisição de suas tabelas e a morosidade com que as mesmas são divulgadas em língua portuguesa.

A IBBD/CDU, comissão brasileira encarregada de sua tradução e publicação incluiu em seu programa de trabalho para o ano de 1973 a impressão das *classes Desenvolvidas* 32, 34, 35, 37, 55, 61, 7 e 8 (a classe 37 acaba de sair em sua edição preliminar) e, para 1974, a impressão da *edição média*. Esta edição terá seu índice, feito por computador, pela bibliotecária Elvia Andrade de Oliveira, Diretora do Serviço de Bibliografia do IBBD, baseado em experiência feita para sua tese de Mestrado do Curso de Ciência da Informação do IBBD/UFRJ.

Segundo recomendação da última e recente reunião da FID/CCC, realizada em Budapeste, nenhuma edição da CDU pode ser publicada



sem índice, como ocorreu com a média em língua francesa, aliás muito divulgada no Brasil.

5.4 Sistema Internacional para Numeração de Livros (ISBN)

O sistema Standard Book Number (SBN) – Sistema Normalizado para numeração de Livros – foi criado pelos ingleses com a finalidade de identificar mais rapidamente um determinado livro e facilitar sua encomenda e incrementar sua divulgação através de bibliografias, catálogos, listas de editores e fichas catalográficas. Devido às suas vantagens e à crescente internacionalização dos editores foi aprovado pelo ISO e transformado em ISBN e vem sendo adotado por inúmeros países, não só pelos editores como pelas Centrais de catalogação e Serviços bibliográficos.

No Brasil, o assunto foi estudado e apresentado ao IV Encontro de Editores de Livros⁹, realizado em São Lourenço em 1971. Como resultado foi criada uma Comissão em junho do corrente ano para atribuir às Editoras os códigos correspondentes, e aos livros por elas editados os números específicos, de acordo com as normas internacionais do ISBN – International Standard Book Number.

6 AUTOMAÇÃO DA CATALOGAÇÃO

A grande massa de publicações que vem invadindo em proporção geométrica as bibliotecas e os centros de documentação nas últimas décadas, levaram os bibliotecários, documentalistas e cientistas da informação a utilizar processos eletrônicos para o registro, controle, recuperação e disseminação da informação.

A Biblioteca do Congresso dos EUA, pioneira nos estudos avançados de catalogação, diante do impacto da excessiva produção bibliográfica, criou, em 1966, o formato MARC (Machine-readable-cataloging) que possibilitou a conversão dos dados catalográficos em forma legível por computador.

A diferença básica entre a catalogação tradicional em fichas impressas e o novo formato é que as informações contidas na primeira são expressadas implicitamente e, na segunda, explicitamente, isto é, todas as informações incluídas nas fichas catalográficas e registradas em fita magnética constituem uma massa de dados, os quais são todos recuperáveis conforme as necessidades dos usuários.

O formato MARC inicial evoluiu para o formato MARC II e considerado, atualmente, internacional, vem sendo adaptado e usado por vários países: MARC/UK (Grã-Bretanha), MARC/Canadá, MONO-CLE/França, ANNA/Itália, CALCO/Brasil, etc.



Sendo todos os formatos compatíveis, criou-se a possibilidade de transferência da informação bibliográfica através do intercâmbio de fitas magnéticas.

O CALCO foi elaborado pela Profa. Alice Príncipe Barbosa, Diretora do SIC, como resultado de sua tese de Mestrado¹⁰ ao Curso de Ciência da Informação do IBBD/UFRJ.

Este formato está sendo utilizado na Central do SIC, que será alimentada pelas Bibliotecas públicas e especializadas, cujos acervos sejam mais representativos, pelos *Centros de Catalogação-na-fonte* e pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN). Com essa massa de informações o SIC constituir-se-á em um Banco de Dados Bibliográficos que servirá de suporte ao Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT), com capacidade para publicar, em tempo útil, a bibliografia nacional corrente, através da BN, e o catálogo coletivo de livros; para distribuir, em tempo útil, as fichas catalográficas impressas; e para informar, em tempo útil, sobre o potencial bibliográfico mundial, através do intercâmbio de fitas magnéticas.

6.1 Projeto MARCAL (MARC para América Latina)

Com a proposição da OEA para o Projeto MARCAL e a recomendação de REPLICA, Medellin, Colombia, fev. 1973 — ainda sob a égide da mesma — para que o formato MARCAL resultasse do desenvolvimento do CALCO¹¹ (com flexibilidade para as línguas portuguesa, espanhola e inglesa), foi criada a possibilidade do registro e da recuperação dos dados catalográficos em âmbito continental, extrapolando-se para a Espanha, onde o formato existente não é compatível com o MARC.

Criada esta grande possibilidade e mais a *difusão de Centros de catalogação-na-fonte* na América Latina teremos um desenvolvimento dos trabalhos catalográficos dentro de um sistema integrado e solidário que beneficiará a todos equitativamente.

7 CONCLUSÃO

Se as editoras comerciais brasileiras estreitarem, cada vez mais, sua colaboração com os bibliotecários, através da participação nos trabalhos de catalogação-na-fonte, a produção livreira nacional será registrada maciçamente na Central do SIC do IBBD pelo encaminhamento das fichas catalográficas elaboradas pelos Centros da CBL e do SNEL. Desta forma atingiremos mais rapidamente o alvo desejado:

— divulgar a produção bibliográfica nacional no Brasil e no Exterior através de fitas magnéticas, fichas impressas e da bibliografia nacional e,



consequentemente, incrementar a encomenda e a venda da produção livreira nacional;

- uniformizar os catálogos das bibliotecas brasileiras, através das normas nacionais e internacionais adotadas pelas Centrais de catalogação;
- possibilitar e facilitar o empréstimo-entre-bibliotecas, através da publicação do Catálogo Coletivo de Livros.

8 BIBLIOGRAFIA

- 1) GILJAREVSKIJ, R. S. — *La diffusion internationale des fiches de catalogue: situation actuelle et perspectives d'avenir*. Paris, Unesco, 1968. 14 p.
- 2) CARNEIRO, Regina — Catalogação na fonte. In: ENCONTRO DE EDITORES E LIVREIROS, 3, Serra Negra, S.P. *Relatório da Comissão coordenadora*. São Paulo, Câmara Brasileira do Livro, Rio de Janeiro, Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1970. p. 46-53.
- 3) ANGLO-AMERICAN CATALOGING RULES, prepared by the American Library Association, the Library of Congress, the Library Association and the Canadian Library Association. North American text. Chicago, ALA, 1967.
- 4) CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, preparado pela Associação Americana de Bibliotecas (ALA), Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos (LC), Associação Britânica de Bibliotecas (LA), Associação Canadense de Bibliotecas (CLA). Trad. e adapt. do texto norte-americano editado pela ALA, por Abner Lellis Corrêa Vicentini. Brasília, Ed. dos Tradutores, 1969. 528 p.
- 5) CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE OS PRINCÍPIOS DE CATALOGAÇÃO, Paris, 1961. *Statement of principles adopted at the International conference . . .* Annotated edition with commentary and examples, by Eva Verona. London, IFLA Committee on Cataloguing, 1971.
- 6) FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. Grupos de Trabalho. *International standard bibliographic description* (for single volume and multi-volume monographic publications) London, IFLA Committee on cataloguing, 1971.
- 7) FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS. Grupo de trabalho. *Descrição bibliográfica internacional normalizada* (para as monografias em um ou vários volumes) Trad. de Maria Luiza Monteiro da Cunha. São Paulo, USP, Biblioteca Central, 1972. 34 f. num.



- 8) CÁNADA. National Library. Canadian Task Group on Cataloguing Standards. *Cataloguing standards; the report . . .* Ottawa, 1972. 91 p.
- 9) FROTA, Lia M. A. — *Sistema normalizado para numeração de livros*; trabalho apresentado ao IV Encontro de Editores de Livros, São Lourenço, 1971. Rio de Janeiro, SNEL; São Paulo, CBL, 1971. 6p.
- 10) BARBOSA, Alice Príncipe. *Projeto CALCO; adaptação do MARC II para implantação de uma Central de processamento da catalogação cooperativa*. Rio de Janeiro, IBBB, 1972. 81 p. (Dissertação final apresentada ao IBBB/UFRJ para obtenção de grau de Mestre em Biblioteconomia e Documentação).
- 11) _____ 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, IBBB, 1973 (em impressão)

Trabalho apresentado ao VII CBBB, realizado em Belém do Pará, em 1973.

..... o o o



FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES
DE BIBLIOTECÁRIOS

NORMAS INTERNACIONAIS PARA A DESCRIÇÃO BIBLIOGRÁFICA *
(para publicações unitárias em um ou vários volumes)

As Normas Internacionais para a Descrição Bibliográfica (ISBD) que recomenda esta publicação às bibliografias nacionais e às organizações nacionais de catalogação, são o resultado final de uma série de atividades postas em marcha pela Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, celebrada em Paris em 1961. Foram elaboradas por um Grupo de Trabalho, constituído na Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação celebrada em Copenhague em 1969, que tem como um de seus principais objetivos continuar os trabalhos iniciados na referida Conferência. A Reunião Internacional de Especialistas em Catalogação (IMCE) e as atividades de seus Grupos de Trabalho foram possíveis graças a uma subvenção consignada pelo Conselho de Pesquisas Biblioteconômicas de Washington.

Os membros do Grupo de Trabalho foram:

A. J. Wells (Presidente)	Managing Editor, British National Bibliography, London.
Mrs. Henriette Avram	Chief, MARC Development Office, Library of Congress, Washington.
Akos Domanovszky	Deputy Librarian, University Library, Budapest.
Michael Gorman (Secretário)	Head of Cataloguing, British National Bibliography, London.
Mme. S. Honoré	Conservateur en chef, Département des Entrées, Bibliothèque Nationale, Paris.
Kurt Nowak	Bibliotheksrat, Deutsche Bibliothek, Frankfurt-Am-Main.
A. L. van Wesemael	Deputy Librarian, University Library, Utrecht.

* A versão espanhola da Norma Internacional de Descrição Bibliográfica (ISBD) foi realizada por Isabel Fonseca Ruiz, Diretora do Gabinete de Estudos da Direção Geral de Arquivos e Bibliotecas. A tradução em português foi feita por Laura Garcia Moreno Russo, Presidente da FEBAB, do texto publicado no Boletim de la ANABA, n.º 14, 1972.



O texto dado agora a conhecer, que apresenta as recomendações finais do Grupo de Trabalho, foi precedido por três anteprojetos, sobre os quais fizeram comentários os participantes da reunião de Copenhague e outras muitas pessoas relacionadas com organizações bibliográficas de todo o mundo. Esses comentários foram levados muito em conta.

É muito importante, em princípio, que se entenda claramente qual é o propósito e importância da ISBD.

Foi projetada, principalmente, como um instrumento para a comunicação internacional da informação bibliográfica. Ao especificar os elementos que deve compreender a descrição bibliográfica e especificar a ordem em que devem ser apresentados e a pontuação que deve delimitá-los, a ISBD alcança três objetivos: facilitar o intercâmbio de informações de diferentes fontes; facilitar sua interpretação através das barreiras linguísticas, e facilitar a mutação dessa informação, tornando-a inteligível às máquinas leitoras.

A ISBD trata de proporcionar a informação que se precisa nas diversas atividades bibliográficas, não para efeitos de catalogação bibliotecária, mas também para dar a conhecer novas publicações e facilitar a aquisição e distribuição de livros e seu tratamento, tanto em bibliotecas como no comércio do livro. Também inclui elementos que podem ser essenciais em uma ou outra destas atividades, mas não necessariamente em todas. Para fins específicos, pode-se utilizar uma seleção de dados que compreenda a descrição normalizada completa.

Pela mesma razão, a ISBD não inclui nenhuma norma para sob o qual deve aparecer a descrição em um catálogo ou em uma lista bibliográfica. Considera-se que os cabeçalhos variarão de acordo com a finalidade de uma lista determinada e as circunstâncias em que esta tenha sido realizada. Para a maioria das listas alfabéticas, os cabeçalhos se determinarão mediante códigos ou regras baseadas nos princípios estabelecidos na ICCP (Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação).

Alguns dos que foram consultados durante a preparação da ISBD, especialmente os representantes dos serviços de bibliografias nacionais que têm adotado — ou estão em vias de adotar — sistemas de computador, têm insistido que é urgente a normalização internacional na descrição. Por isto, ao mesmo tempo que se submete a ISBD e à ISO essas normas para conseguir sejam publicadas como uma Recomendação ISO, se dá conhecimento agora a todas as bibliografias nacionais e organizações nacionais de catalogação, com a esperança de que muitas delas concordem sem demora em adotar a ISBD.

Sua adoção por uma bibliografia nacional — primeira fonte de informação de toda a produção bibliográfica nacional — implica utilizar a



ISBD integralmente. Outras entidades que a aceitem, haverão de seguir estritamente a forma e ordem prescritos pela ISBD para os elementos que cada entidade seleccione como essenciais para seus próprios fins.

As bibliografias nacionais que relacionamos a seguir, com as quais o Grupo de Trabalho tem mantido contato anterior a esta publicação, manifestaram a intenção de adotar a ISBD nas listas que publicarem a partir de janeiro de 1972:

França: Bibliographie de la France.

Grã-Bretanha: British National Bibliography.

Alemanha, R.F.: Deutsche Bibliographie.

A ISBD foi também aceita, a princípio, pela Comissão de Regras de Catalogação da Associação de Bibliotecários da Grã-Bretanha.

As organizações interessadas deverão dirigir suas notificações de adesão — ou das razões pelas que não encontram aceitável a ISBD em sua forma atual — ao Secretário Executivo da Comissão de Catalogação da IFLA, c/o The Department of Printed Books, The British Museum, London WC1B — 3DG, England.

Londres, outubro de 1971.

A. H. Chaplin

Presidente do Comitê Catalogação da IFLA

Presidente da Reunião Internacional
de Especialistas em Catalogação

CONTEÚDO

Objetivo, Definições.

Esquema de ordenação de elementos.

Pontuação.

Fontes de informação.

Especificação de elementos. Localização 1—7.

Catalogação de um só volume de publicações que tenham vários volumes.

Exemplos selecionados pelos membros do Grupo de Trabalho.

OBJETIVO

As Normas Internacionais para a Descrição Bibliográfica (chamadas ISBD) especificam as normas necessárias para a descrição de publicações unitárias (chamadas publicações), determinam uma ordem para os elementos descritivos e fixam um sistema de pontuação na descrição.



DEFINIÇÕES

Para os fins da ISBD, adotam-se as seguintes definições:

Local	Uma seção importante da ISBD.
Ante-título	Outro título que na página de rosto vá adiante do título propriamente dito; ou a parte da portada anterior ao título propriamente dito.
Título propriamente dito	A principal denominação da publicação, à parte dos títulos paralelos ou outros títulos.
Título paralelo	O título propriamente dito em outra língua.
Outros títulos	Outros títulos além do título propriamente dito ou títulos paralelos que apareçam na publicação.
Autor	O dado ou dados que se refiram ao autor da publicação ou uma outra pessoa qualquer ou entidade que tenha relação com a criação do conteúdo intelectual ou artístico da publicação.
Edição	Uma tiragem de publicação que contenha modificações substanciais em relação à tiragem anterior.
Lugar de edição	A cidade na qual tem sua sede o editor.
Editor	A entidade (incluindo as editoras oficiais responsáveis da distribuição da publicação) ou pessoa responsável pela edição da publicação.
Impressor	A entidade ou pessoa responsável do processo físico de produzir a publicação.
Página	Um lado de uma folha. Se a folha está impressa por ambos os lados, a publicação se descreve em páginas.
Folha	Uma folha compreende duas páginas. Se um lado de cada uma das folhas está em branco, a publicação se descreve em folhas.
Ilustração	Diagramas, desenhos ou outras representações gráficas que vêm em uma página ou folha da publicação.
Material Complementar	Publicações complementares, assim como atlas, exercícios, etc., e materiais complementares não em forma de livro, como discos, películas, etc., quando se destinam a ser usados juntamente com uma publicação e têm de manter-se unidos fisicamente à mesma.
Séries	Os dados indicando que a publicação forma parte de uma série ou coleção de publicações com títulos individuais sob um título comum, publicadas normalmente pelo mesmo editor.



ESQUEMA DE ORDENAÇÃO DE ELEMENTOS

1. Local do título e do autor
 - 1.1 Título propriamente dito
 - 1.2 Títulos paralelos, outros títulos e informação sobre o título.
 - 1.3 Autor ou autores
2. Local da edição
 - 2.1 Edição
 - 2.2 Autor ou autores relacionados com a edição
3. Local da imprensa
 - 3.1 Lugar de publicação
 - 3.2 Nome do editor.
 - 3.3 Data da publicação
 - 3.4 Lugar de impressão
 - 3.5 Nome do impressor
4. Local da colação
 - 4.1 Número de volumes e/ou número de páginas
 - 4.2 Ilustrações
 - 4.3 Formato
 - 4.4 Materiais complementares
5. Local da série
6. Local das notas bibliográficas
7. Local da NORMA INTERNACIONAL DE NÚMEROS DE LIVROS, da encadernação e do preço.

PONTUAÇÃO

Cada elemento da ISBD indica-se mediante uma determinada pontuação. Os sinais de pontuação fixam-se detalhadamente no início de cada grupo de dados da ISBD. As demais pontuações ficam a critério do catalogador. Quando se inclui outra pontuação, coloca-se a pontuação estabelecida, mesmo que possa dar como resultado uma pontuação dupla.

Alguns sinais de pontuação são comuns. Estes são:

- a. Colchetes ([]). Utilizam-se para indicar as interpolações. (Veja Fontes de informação).
- b. Três pontos (...). Utilizam-se para indicar omissões em certos lugares.
- c. Cada Grupo de dados da ISBD separa-se do seguinte por ponto e travessão (. -). O travessão leva um espaço em branco a cada lado.
- d. Parênteses (()). Utiliza-se na ISBD com fins especiais.

Os sinais que se utilizam na pontuação da ISBD são os sinais normais de pontuação, mais o sinal igual (=) e a barra (/). O sinal igual se usa sempre e exclusivamente para separar títulos paralelos do título própria-



mente dito. A barra se utiliza sempre e unicamente para separar o autor do título ou títulos ou da edição. Estes sinais vão sempre seguidos por um espaço, para distinguí-los dos sinais iguais que podem aparecer nos títulos.

Esquema de sinais de pontuação e sua aplicação

Título propriamente dito = título paralelo: outros títulos / autor. — Edição / autores relacionados com a edição. — Lugar de publicação: nome do editor, data de publicação (lugar da impressão: nome da impressora).

— Número de volumes e/ou número de páginas: ilustrações; formato e materiais complementares.

(Série)

Notas bibliográficas

ISBN encadernação: preço

A menos que se determine outra coisa, a todos os sinais de pontuação seguirá um espaço em branco.

Quando um grupo de dados esteja claramente separado de outro, por ser ponto e parágrafo, pela tipografia ou por outro tipo de separação, o ponto e traço (. —) pode substituir-se por um ponto (.).

Nos exemplos de pontuação e explicações que se dão a seguir são assinaladas todas as possíveis combinações de elementos da ISBD.

FONTES DE INFORMAÇÃO

Na informação utilizada para descrever a publicação, segue-se uma ordem preferente de fontes.

Só no caso de que não veja válida a informação da primeira fonte, se recorrerá à segunda fonte; se a informação da segunda fonte não for aproveitável, se utilizará a informação da terceira fonte; e se não servir a informação que proporcione a terceira fonte, se utilizará a quarta fonte.

A ordem de preferência das fontes é:

1. A página de rosto (é aquela que está ao início da publicação, na qual figura o título completo, e, geralmente, alguns ou todos os dados referentes à imprensa. A informação que tradicionalmente se apresenta na página de rosto algumas vezes figura em páginas que lhe antecedem. Neste caso, considera-se essas páginas como páginas de rosto).
2. As preliminares (ou sejam, a ante-rosto, o verso da página de rosto, a lombada e o cólofon).
3. O restante da publicação (prefácio, introdução, etc., texto e apêndices).
4. Fontes externas à publicação.

A primeira fonte ou fontes de informação são:



Localização	Fontes ou fontes de informação
1. Título e autor	Página de rosto
2. Edição e autores relacionados com ela.	Página de rosto, preliminares e cólofon
3. Imprensa	Página de rosto, preliminares e cólofon
4. Colação	A publicação em si mesma
5. Série	A publicação em si mesma
6. Notas bibliográficas	Qualquer fonte
7. ISBN, encadernação, preço	Qualquer fonte

A informação que se obtenha de qualquer outra fonte que não seja a primeira fonte de informação, encerra-se entre colchetes. .

ESPECIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS

1. Título e do Autor
 - Conteúdo
 - 1.1 Título propriamente dito
 - 1.2 Títulos paralelos, outros títulos e informação sobre o título
 - 1.3 Autor ou autores

Regras de pontuação

Título propriamente dito = título paralelo = título paralelo / autor. —

Título propriamente dito: outro título = título paralelo: outro título / autor. —

Título propriamente dito: outros títulos / autor. —

Título propriamente dito / autor. —

A. Separar o título propriamente dito da imprensa, por um ponto e traço (. —).

Separar os títulos propriamente ditos uns de outros por um ponto (.). (v. 1.2.6)

Separar o título propriamente dito do autor por uma barra (/)

Separar o título propriamente dito de outros títulos paralelos pelo sinal igual (=).

Separar o título propriamente dito de outros títulos ou outra informação sobre o título por dois pontos (:). (Para a pontuação das transcrições da página de rosto de publicações sem um título coletivo, veja 1.2.6.)

B. Separar os outros títulos ou informações sobre o título, da edição



- ou da imprensa por um ponto e traço (. -)
- Separar os outros títulos ou informações sobre o título do autor por uma barra (/)
- C. Separar o título ou títulos paralelos da edição ou imprentador por um ponto e traço (. -)
- Separar o título ou títulos paralelos dos outros títulos por dois pontos (:)
- Separar o título ou títulos paralelos do autor por uma barra (/)
- Separar os títulos paralelos uns dos outros pelo sinal igual (=).
- D. Separar o autor, da edição ou da imprensa por um ponto e traço (. -)
- 1.1 Título propriamente dito
- 1.1.1 O primeiro elemento do local do título e do autor é o título propriamente dito.
- 1.1.2 O título propriamente dito copia-se da página de rosto. O título propriamente dito se copia exatamente igual a sua ortografia, mas não igual ao emprego de maiúsculas e pontuação. Excepcionalmente, o título propriamente dito pode abreviar-se no meio ou no final; a abreviação se indica com o sinal de omissão (. . .). Esta abreviação pode ser necessária, por exemplo, em algumas novelas do século XVIII.
- 1.1.3 Em obras que têm mais de um título, especialmente quando se trata de títulos paralelos, é necessário decidir qual deles é o título propriamente dito, já seja pelo lugar que ocupa na página de rosto ou pela tipografia com que se destaque. Os outros títulos se especificam em 1.2 (para os títulos paralelos, veja 1.2.2)
- 1.1.4 O título propriamente dito é o primeiro elemento, incluído quando na página de rosto vier precedido pelo autor, por outros títulos, séries ou qualquer outra indicação.
- 1.1.5 Quando no título propriamente dito vier incluído o autor, editor ou qualquer outra informação, e por motivos linguísticos ou outras razões esses dados estabelecem parte do título propriamente dito, se transcrevem como parte dele.
- Exemplos: Marlowe's plays, Goethes Stücke, Larousse's French-English Dictionary, Revai Nagy Lexicon, Newcomb-Englemann's populare astronomie
- 1.1.6 Quando a publicação não tem como título mais que o nome do autor, dá-se a este como título propriamente dito.
- Exemplos: Sófocles, The British Museum
- 1.1.7 Quando a página de rosto leva uma relação de títulos das obras



contidas na publicação e não tem um título coletivo, se dão os títulos na ordem indicada na página de rosto ou conforme os destaque a tipografia (v. 1.2.6.)

1.2 Títulos paralelos, outros títulos e informação sobre o título

1.2.1 O segundo elemento da localização do título e do autor é a transcrição dos títulos que não sejam o título propriamente dito. Excepcionalmente, os outros títulos e os títulos paralelos podem ser abreviados ou em alguns casos omitidos na ISBD.

1.2.2 Os títulos paralelos são copiados na ordem em que se apresentam na página de rosto ou conforme os destaque a tipografia na página de rosto.

1.2.3 Os outros títulos são transcritos na ordem indicada na página de rosto ou conforme os destaque a tipografia.

1.2.4 Outras frases que figurem na página de rosto, indicando a impressão, conteúdo, etc., da publicação ou a causa ou motivo que tenha dado lugar a sua edição, se transcreverão a continuação do título propriamente dito, do título paralelo ou dos outros títulos.

1.2.5 Os outros títulos e a informação que vai adiante do título, relacionada com este, se transcreverão depois do título propriamente dito, quando for gramaticalmente possível. Se impossível, ponha-se em forma de notas bibliográficas. (v. 6.1.2)

1.2.6 Quando a página de rosto leva uma relação de títulos de obras contidas na publicação, e não haja um título coletivo, dar-se-ão os títulos na ordem indicada na página de rosto, ou conforme os resalte a tipografia, separados por um ponto (.). Quando ditos títulos vierem seguidos, a sua vez, de outros títulos (e/ou alguma informação relativa ao título) e autores, tais dados serão transcritos à continuação do título ou títulos a que se referem. Cada título e os dados relacionados com cada obra se separam do título seguinte por um ponto (.).

Exemplos: Romeo and Juliet. King Lear. Macbeth/by William Shakespeare. Henry Esmond: a novel/by Thackeray. Bleak House: a novel/by Charles Dickens.—

1.2.7 Outros títulos (e/ou, uma informação relativa ao título) da publicação que não figurem na página de rosto, são encerradas entre colchetes, se é que se incluem no local do título da ISBD.

1.2.8 Um título original que apareça na página de rosto, se transcreverá como um título paralelo (v. 6.1).

Exemplo: Die Geshichte von Frau Tiggywinkle = The story of Mrs. Tiggywinkle / von Beatrix Potter.—



..3 Autor

- 1.3.1 O terceiro elemento do local do título e do autor é a informação sobre o autor. Esta informação pode referir-se ao autor principal da publicação ou aos autores secundários. Pode referir-se a pessoas ou entidades.
- 1.3.2 O autor se indica tal como figura na página de rosto ou em qualquer outro lugar da publicação. Neste último caso, se encerra entre colchetes.
- 1.3.3 Quando o nome do autor forma parte do título ou é o próprio título e tenha sido já indicado como tal (v. 1.1.5 e 1.1.6), não se faz nenhuma outra menção de autor.
- 1.3.4 Quando não haja mais que um autor, a ordem que há de seguir-se é o indicado na página de rosto ou a que indica a sua disposição tipográfica.
- 1.3.5 Quando o nome de um autor pessoal ou corporativo apareça na página de rosto, sem uma relação gramatical com o título, utilizar-se-á uma palavra ou frase curta que una o título ou títulos com o autor.

Exemplos: Le Père Goriot / [] par / Honoré Balzac.—

Statistics of Homelessness / [issued by the]Home Office.—

Se por razões linguísticas ou outros motivos, não se acrescenta nenhuma palavra ou frase, o nome da pessoa ou entidade se põe após a barra (/).

Exemplos: Handbook to the collections / Croydon Museum.—

Adroddiad ar ddiweithdra/Swyddfa Gymreig.—

- 1.3.6 Quando se cita na página de rosto mais de um autor ou colaborador, deixa-se à vontade dos catalogadores abreviar ou não ditos autores. Em alguns casos, está autorizada a omissão. Exemplo: The world of the lion / by Samuel Devend . . . [and others].—
- 1.3.7 Os dados que, figurando na página de rosto, não estão relacionados com o autor, devem ser omitidos se não contribuem para a clareza do conteúdo da publicação; se for desnecessário citá-los ou dão informações já incluídas na colação (p.e. "com 33 mapas coloridos"). No caso de que estes dados se incluam, deve-se fazer uma nota bibliográfica. Uma frase como "com 33 ilustrações, preparadas manualmente pelo autor", é uma informação do autor.

2. Edição

Conteúdo:



2.1 Edição

2.2 Autor ou autores relacionados com a edição

Regras de pontuação

Edição / autor ou autores relacionados com a edição.—

Edição.—

A. Separar a edição da imprensa por um ponto e traço (. —)

Separar a edição dos autores relacionados com a edição por uma barra (/)

B. Separar os autores relacionados com a edição da imprensa por um ponto e traço (. —)

2.1 Edição

2.1.1 O primeiro elemento do local da edição é a edição.

2.1.2 A edição é citada, abreviando-se os termos utilizados na publicação. Utilizam-se abreviaturas normalizadas.

2.1.3 Quando se sabe que a edição de uma publicação contém mudanças essenciais, em relação à edição anterior, mesmo que isto não consta na publicação, se faz constar mediante uma nota, encerrada entre colchetes e escrita na mesma língua da página de rosto.

Exemplos: [3e ed.] [1st. ed., reprinted with corrections].—

2.2 Autores relacionados com a edição

2.2.1 O segundo elemento do local da edição são os dados de autores secundários relacionados com a edição ou com mais de uma edição da obra. Estes autores secundários são, por exemplo, o revisor de uma nova edição; o ilustrador de uma nova edição ou o escritor de um prefácio para uma nova edição.

2.2.2 Quando um autor secundário está claramente relacionado com uma ou mais edições da mesma obra, mas não com todas as edições, ele é citado após a edição.

Exemplos: 3e. ed./ illustré par Jean Lefort.—

4e. ed./ illustré par Jean Lefort.—

2.2.3 Quando um autor secundário não está claramente relacionado com uma só ou com algumas edições da publicação, deve ser descrito no lugar que corresponde ao autor ou autores, (v. 1.3)

3. Imprensa

Conteúdo:

3.1 Lugar de publicação

3.2 Nome do editor

3.3 Data de publicação

3.4 Lugar de impressão



3.5 Nome do impressor

Regras de pontuação

Lugar de publicação: nome do editor, data de publicação (lugar de impressão: nome do impressor).—

Lugar de publicação; lugar de publicação: nome do editor, data.—

Lugar de publicação: nome do editor: nome do editor, data.—

Lugar de publicação: nome do editor; lugar de publicação: nome do editor, data.—

- A. Separar o lugar de publicação do nome do editor por dois pontos (:).

Separar o lugar de publicação de outro lugar de publicação por ponto e vírgula (;).

- B. Separar o nome do editor da data por vírgula (,).

Separar o nome do editor de outro lugar de publicação por ponto e vírgula (;).

Separar o nome do primeiro editor do nome de outro editor por dois pontos (:).

- C. Separar a data da colação por ponto e traço (. —).

Separar a data do lugar de impressão por parênteses (()).

- D. O lugar de impressão e nome do impressor encerram-se entre parênteses.

Dentro dos parênteses usa-se a mesma pontuação para o lugar de impressão e o nome do impressor que utilizada para o lugar de publicação e o nome do editor (v. A e B acima citadas).

3.1 Lugar de publicação

- 3.1.1 O primeiro elemento do local da imprensa é o lugar de publicação.

- 3.1.2 O lugar de publicação é a cidade em que o editor tem sua sede. Para os editores não importantes, a critério do catalogador, se podem ser acrescentados o nome da cidade e o endereço completo entre parênteses.

Exemplo: London (19 Rathbone St., W.1):

- 3.1.3 O lugar de publicação é citado na forma ortográfica e caso gramatical em que se dá na publicação. Quando se considere necessário, pode-se fazer constar entre colchetes o nome da cidade em sua forma normalizada.

Exemplos: Dinbych [i.e. Denbigh] : Mediolani [i.e. Milão] :

- 3.1.4 Qualquer adição ao nome da cidade que se considere preciso, se porá entre colchetes.

Exemplo: London [Ontário]

- 3.1.5 Quando um editor tem editoras em mais de uma cidade e estas



apareçam na publicação, cita-se sempre a cidade que apareça como a mais importante, seja pelo tipo de letra ou por qualquer outro motivo, e, se isto não sucede, a primeira citada; outras cidades se faz constar quando têm importância para o catalogador (p.e. se uma das cidades está no país em que se cataloga a obra).

3.1.6 Se não se está muito seguro do lugar de publicação, põe-se entre colchetes o lugar provável.

Exemplo: [London?]:

3.1.7 Se o lugar de publicação é desconhecido, põe-se entre colchetes a abreviatura "s.l." (sine loco).

Exemplo: [s.l.].

3.2 Nome do editor

3.2.1 O segundo elemento do local da imprensa é o nome do editor.

3.2.2 O nome do editor põe-se na forma abreviada em que pode ser entendido e identificado sem ambigüidade, nacional ou internacionalmente.

Quando o editor é a pessoa autora da publicação e seu nome aparece como autor (v. 1.3), na imprensa pode ser colocado em forma abreviada.

Exemplo: Shadow dance/ by Henry Clive Mackeson.— London: H. Mackeson, 1971.—

Quando o editor é uma entidade cujo nome já foi citado, pode-se pôr uma abreviatura adequada, em vez do nome do editor.

Exemplo: Health today/ issued by the World Health Organization.— Geneva; London: WHO, 1970.—

3.2.3 Quando uma publicação tem mais de um editor, põe-se sempre o editor que está destacado tipograficamente ou de qualquer outra forma, e, se isto não ocorrer, o que figura em primeiro lugar; podem-se citar também outros editores ou distribuidores (incluindo editoras oficiais) e seus lugares, quando tenham alguma importância para o catalogador.

Exemplos: London: W. H. Allen: Macmillan

Louvain: Nauwelaerts; Freiburg: Herder

Geneva: WHO; London: distributed by H.M.S.O.

3.2.4 Se não se conhece o nome do editor, põe-se entre colchetes a abreviatura "s.n." (sine nomine).

Exemplos: London: [s.n.] [s.l.]: [s.n.]

3.2.5 O lugar de impressão e o nome do impressor (v. 3.4 e 3.5) não se podem colocar como substitutos do lugar e nome de um



editor desconhecido.

Exemplo: [s.l.] : [s.n.], 1971 (London: Wiggs).—

Algumas impressoras também atuam como editores e citam-se como tais.

Exemplos: Oxford: Clarendon Press Paris: Imprimerie nationale

3.3 Data de publicação

3.3.1 O terceiro elemento do local da imprensa é o ano de publicação.

3.3.2 As datas da Era Cristã se põem em números arábicos. As datas que não são da Era Cristã, são postas tal como são citadas na publicação, acrescentando-se-lhes o equivalente da Era Cristã entre colchetes.

Exemplos: 1969.— 5730 [1969-70].—

3.3.3 Quando o ano que figura na publicação está confuso, se põe tal como está na publicação e se corrige entre colchetes.

Exemplos: 1967 [i.e. 1967].—

3.3.4 Se não existe data de publicação, cita-se o ano do copyright ou da impressão.

Exemplos: c1969.— 1969 imp.—

As datas do copyright e as datas de impressão podem ser acrescentadas à data de publicação quando for considerada de importância pelo catalogador. Exemplos: 1969, 1971 imp.— 1969, c1937.— 1969, c1967, 1970 ímp.—

3.3.5 Se não tem data de publicação e tampouco de copyright ou de impressão, pode-se atribuir à publicação uma data aproximada, precedida pela palavra "cerca" ou indicando-a de outra forma. Exemplo: [cerca 1835] .— [1969?] .— [196?] .—

3.4 Lugar de impressão

e

3.5 Nome do impressor

3.4.1 O quarto e quinto elemento do local da imprensa são o lugar de impressão e o nome do impressor.

3.5.1

3.4.2 Se forem conhecidos o lugar da edição e o nome do editor, a inclusão do lugar de impressão e o nome do impressor é opcional.

3.5.2 Quando são desconhecidos o lugar de edição e o nome do editor deve-se citar, se é que figuram na publicação, o lugar de impressão e o nome do impressor.

3.4.3. Se são vários os lugares de impressão e nomes de impressores, age-se da mesma forma que no caso de vários lugares de edição e editores (v. 3.1 e 3.2). Exemplo: (Budapest: Kossuth ny; Debrecen: Alföldi ny).—



4. Local da Colação

Conteúdo

4.1 Número de volumes e/ou número de páginas

4.2 Ilustrações

4.3 Formato

4.4 Materiais complementares

Regras de pontuação

Número de volumes e/ou número de páginas: ilustrações; formato e materiais complementares. —

Número de volumes e/ou número de páginas;

A. Separar o número de volumes e/ou a paginação das ilustrações por dois pontos (:).

· Separar o número de volumes e/ou a paginação do formato por ponto e vírgula (;).

B. Separar as ilustrações do formato por ponto e vírgula (;).

C. Separar o formato, da série ou notas bibliográficas por um ponto e traço (. —).

Separar o formato dos materiais complementares pelo sinal &.

D. Separar os materiais complementares, da série ou notas bibliográficas por um ponto e traço (. —).

4.1 Número de volumes e/ou número de páginas

4.1.1 O primeiro elemento da colação é o número de volumes da obra e/ou sua extensão em páginas.

4.1.2 Cita-se o número de volumes, quando uma publicação tem mais de um volume e cataloga-se um sua totalidade. Se não é apropriada a palavra "volume", pode-se utilizar, quando for necessário, outros termos mais adequados, como por exemplo, infólio. Quando for possível, ditos termos devem ser tirado da obra própria. (Para o caso de se catalogar independentemente um volume de uma obra em vários volumes, veja adiante "Catalogação a dois níveis).

4.1.3 Se uma obra em vários volumes tem a paginação continuada, põe-se a esta a continuação do número de volumes. Exemplo: 8v. (894p.):

Quando o catalogador julgar necessário, pode citar em outros casos a paginação, além do número de volumes.

Exemplo: 5v (31,33,49,37,18p.):

3v. (v,31 + vi, 32 + iii, 49p.)

4.1.4 Nas obras de um só volume, menciona-se o número de páginas e/ou o de folhas Se em uma publicação as folhas estão impressas



por ambos os lados, considera-se que está em páginas. Se as folhas estão impressas por um só lado, considera-se folhas e não páginas. A paginação se cita na seguinte forma: da série de páginas e folhas se põe o número que figure na última página ou folha numerada.

Exemplos: Uma obra com 8 páginas sem números 4 páginas numeradas de ix-xii, e 317 páginas numeradas de 13-329, se descreve assim: 329p.

Uma obra com 8 páginas sem numerar, 4 páginas numeradas de i-iv, e 329 páginas numeradas de 1-329, cita-se assim: iv, 329p.

Se uma obra tem mais de três séries de páginas numeradas, em forma análoga se somam as distintas séries de paginação e dão-se como um total, seguido das palavras "paginação múltipla".

Exemplo: 1.000p. paginação múltipla (e não 48, 53, 99, 300, 410, 90p.)

Se a publicação está numerada em colunas, faz-se constar nessa forma.

Exemplo: 831 col.

Se uma publicação está numerada em páginas e folhas, ou páginas e colunas, ou folhas e colunas, descreve-se cada série.

Exemplo: Uma obra que contenha 15 folhas numeradas, seguidas de 327 páginas numeradas, põe-se assim: 15 f.. 327 p.

As folhas que contenham ilustrações e não estão contidas na sequência da paginação (comumente chamadas lâminas), descreve-se tanto como páginas, ou tanto como folhas, conforme estão impressas pelos dois lados ou só por um.

Exemplo: Uma obra com 300 páginas e uma série de lâminas impressas por ambos os lados e numeradas de 1-50, se põe assim: 300, 50p.

Se o número impresso na última página da sequência está confuso, cita-se como figura na publicação e corrige-se entre colchetes.

Exemplo: xiv, 329 [923] p.

- 4.1.5 Se uma obra não está paginada e contém menos de 100 páginas, contam-se e o número se põe entre os colchetes. Se tem mais de 100 páginas sem numerar, dá-se uma cifra aproximada.

Exemplos: /877 p. "cerca" 500p.

- 4.1.6 Quando a paginação de uma obra é parte de uma paginação maior (por exemplo, um volume de uma publicação em vários volumes; uma separata de uma publicação periódica), citam-se o primeiro e o último número que figurem nas páginas. Neste caso,



as abreviaturas que indicam páginas, folhas, colunas ou seus equivalentes colocam-se diante dos números.

Exemplo: f. 81-93, p. 713-797.

- 4.1.7 Sendo necessária uma descrição mais detalhada da obra (como por exemplo, se o que se indica com 4.1.4 não reflete adequadamente a extensão da publicação), cada sequência de folhas ou páginas numeradas se define utilizando a numeração predominante. Isto é, as páginas e folhas numeradas em números romanos se põem em números romanos; as páginas e folhas numeradas em números arábicos se citam em números arábicos; as séries de páginas e folhas sem numerar se descrevem em números arábicos entre colchetes.

Exemplos: [8] , vii, [302] , 73p., [137] , 302p., 19f., [33] , 31f.

4.2. Ilustrações

- 4.2.1 O segundo elemento da colação é indicar que a obra está ilustrada e/ou descrever as ilustrações.

- 4.2.2 Se a obra está ilustrada, põe-se a abreviatura "il." depois da paginação.

Exemplos: 492p. : il. 8v. : il.

Se as ilustrações, formarem uma parte importante da obra, especificam-se os tipos (por exemplo, mapas, plantas, música) depois da abreviatura "il."

Exemplo: 492p. : il., map.

Se um tipo especial de ilustração é único na obra, pode-se fazer constar em lugar da abreviatura "il."

Exemplo: 492p. : map., plan.

Pode-se citar o número de ilustrações ou de um tipo especial de ilustração.

Exemplo: 31 il. il., 17 facsim. 12 map.

Se algumas ou todas as ilustrações são coloridas (impressas em duas ou mais cores, contando o preto como um colorido), pode-se fazer constar.

Exemplo: il. color. il., 31 map. color. il. color.

Se a publicação não tem texto ou tem um texto pequeno, deve-se fazer constar ao indicar as ilustrações, a menos que este dado possa induzir a erros sobre a extensão da publicação. Neste último caso, citam-se as ilustrações e a extensão da publicação assinala-se no lugar da paginação.

Exemplos: 500p. : todas il., 500p. : a maioria il., 74p., 15p. de música.



4.3 Formato.

4.3.1 O terceiro elemento da colação é a altura da obra.

4.3.2 A altura que se dá é a da capa externa da publicação em centímetros, arredondando ao centímetro superior.

Exemplo: 21cm.

Quando o formato da obra não for correto (por exemplo, quando a largura é maior que a altura), cita-se a largura depois da altura.

Exemplo: 21 x 32cm.

4.4 Material complementar

4.4.1 O quarto elemento da colação é a descrição de qualquer material que acompanhe a obra, destinado a ser utilizado junto com ela. O material complementar que pode se usar independentemente ou que não está destinado a manter-se fisicamente unido à publicação, pode-se descrever independentemente, ou pelo mesmo método que se utiliza para os volumes separados de uma publicação em vários volumes.

O material complementar descreve-se utilizando uma palavra ou frase que indique sua natureza.

Exemplo: 271p. : il.; 21cm. & livro de respostas.

4.4.3 Se o material complementar tem paginação diferente, ilustrações também diferentes ou outro tamanho ou é de tal natureza que necessite uma descrição separada, descreve-se após a palavra ou frase que indique suas características.

Exemplos: 271p.; 21 cm. & Atlas (31p., 19f.:maps. color.; 37cm.);

271p. : il.; 21cm. & disco (2 faces: 30cm. 331/3 r.p.m.)

Se for preciso uma descrição mais detalhada, põe-se em uma nota bibliográfica (v. 6.4, p.).

Conteúdo

5.1 Série

5.2 Mais de uma série

5.3 Subsérie

5.4 Numeração dentro da série

5.5 Tese

Regras de pontuação

(Série: subsérie; numeração dentro da série)

(Série: numeração dentro da série (Série: numeração dentro da série: subsérie; numeração dentro da subsérie)

A. Separar a série da subsérie por dois pontos (:): Separar a série do número dentro da série por ponto e vírgula (;).



- B. Separar a subsérie do número por ponto e vírgula (;). Separar a numeração da série principal da subsérie por dois pontos (:).
- C. Cada série se encerra entre parênteses.

5. Série

- 5.1 A série é colocada como aparece na obra.
- 5.2 Quando a obra tem mais de uma série, citam-se os títulos destas séries cada um dentro de parênteses.
Exemplos: (Norwegian monographs on university science)
(Scandinavian university books)
- 5.3 Quando a obra tem uma série completa (por exemplo, uma série dentro de outra série) cita-se primeiro a série principal, seguida da subsérie.
Exemplo: (Krytogamenaflova von Europa: Deutschland)
- 5.4 Se conhecida, assinala-se a numeração dentro da série.
Exemplos: (Cambridge University monographs; 7); (World history series; section 3: Europe, v. 7)
- 5.5 Quando uma tese se publica como parte de uma série de teses de uma Universidade, trata-se como uma série. As demais teses se fazem constar em nota (v. 6.4)
Exemplo: (Thèse: Méd: Nancy: 1967; n.º 28)

6. Notas Bibliográficas

Conteúdo

Estas notas qualificam a descrição formal nos casos em que as regras para a descrição não permitam que se incluam certas informações. Podem referir-se, portanto, a qualquer aspecto da constituição física da obra ou a seu conteúdo. Exceto aonde se indique expressamente, as notas e sua forma de apresentá-las são opcionais. Por sua natureza, as notas não podem ser enumeradas exhaustivamente, mas podem ser classificadas de acordo com as localizações da ISCD. Além das notas que se relacionam com estas localizações, existem notas referidas à descrição da obra que não correspondem a nenhuma das localizações da ISBD. Os exemplos que se dão mais adiante são ilustrativos e não estão sujeitos a nenhuma regulamentação.

Regras de pontuação

Cada nota se separa da seguinte por ponto e traço (-.), que podem ser omitidos, quando as notas forem postas em linhas separadas.

6.1 Notas relacionadas com a localização do título e do autor

6.1.1 Notas sobre o título propriamente dito

6.1.1.1 Nota sobre o Título original.

Quando a obra que se cataloga é uma tradução, o título original



deve-se fazer constar como primeira nota. Quando existe um título uniforme aceito universalmente (p. e. para os clássicos anônimos e para obras que têm sido publicadas em muitas línguas e com diferentes títulos), a nota sobre o título original se substitui pela nota de título uniforme.

uniforme: Hamlet.—Título original: I promesi sposi.—Título uniforme: Chanson de Roland.—

6.1.1.2 Outras notas sobre o título propriamente dito.

Inclui notas sobre fontes do título, sobre títulos diversos e sobre títulos com transliterações.

Exemplos: Título da capa.—Publicada também como "Garden of Delight"

6.1.2 Notas sobre outros títulos

Por exemplo, um subtítulo muito longo ou um título alternado podem constar como nota.

6.1.3 Notas sobre o autor

Inclui os nomes de autores, de autores secundários que não podem ser introduzidos no cabeçalho e daquelas pessoas ou entidades que estiveram relacionadas com edições anteriores da publicação, mas não têm nada a ver com a publicação que se está catalogando.

Exemplos: Edição anterior por Norman Smythe.—Edição anterior revisada por George Moore.—

6.2 Notas relacionadas com a história bibliográfica

Estas notas inserem detalhes sobre a relação da obra com outras publicações e edições anteriores, incluindo as publicações anteriores de reimpressões.

Exemplos: Segunda edição, London: Macmillan, 1938.-

Edição original, London: Collins, 1967.-Reimpressão facsímile da 4.^a edição, Amsterdã: [s.n], 1670.—

Separata da "Physical Review", 2.^a série, v. 70, n.º 5-6, setembro 1 & 15, 1946.—

6.3 Notas sobre a imprensa

Estas notas incluem dados sobre editores anteriores da publicação e detalhes sobre a publicação simultânea em outros países.

Exemplo: publicada também em Colombo por Ceylon University Press.—

6.4 Notas sobre a colação

Incluem todos os detalhes físicos que ampliam ou complementam os que figuram na colação e as características físicas peculiares da obra. Devem constar nestas notas os detalhes dos materiais complementares.



Exemplo: Ilustrações coloridas a mão. — Impresso em papel sem acidez. — Os vinte e cinco primeiros exemplares encadernados em couro. —

6.5 Notas sobre a série

Dão informação sobre as séries em que a obra foi editada anteriormente e sobre os editores das séries.

6.6 Outras notas

6.6.1 Notas sobre as teses

Faz-se constar quando a obra não se edita como parte de uma série de teses.

Exemplo: Editada previamente como tese do autor, Universidade de Birmingham.

6.6.2 Número de exemplares de uma impressão.

6.6.3 Notas sobre o conteúdo e conteúdo adicional

6.6.3.1 Notas analíticas sobre o conteúdo literário.

Exemplos: Contém: O sonho de uma noite de verão. — Enríque IV. —

Inclui o texto do Gaming Ato 1913. —

6.6.3.2 Conteúdo adicional (p.e., bibliografias, índices, etc.)

Exemplos: Bibliografia p. 291. Índice. —

Lista de filmes p. 323–327.

7. ISBN, Encadernação e preço

Conteúdo:

7.1 Padrão Internacional do Número do Livro (ISBN)

7.2 Encadernação

7.3 Preço

Regras de pontuação

ISBN encadernação: preço

ISBN: preço

ISBN

A. Separar o ISBN da encadernação por um espaço. Separar o ISBN do preço por um ponto e vírgula (;).

B. Separar a encadernação do preço por dois pontos (:).

7.1 Padrão Internacional do Número do Livro (ISBN)

7.1.1 O primeiro elemento do ISBN

7.1.2 O ISBN é precedido pelas letras ISBN e se cita com as divisões estabelecidas e com os sinais entre as partes de que consta o número.

Exemplos: ISBN 0-7131-1646-3

ISBN 0 9051534 1 9



- 7.1.3 Sempre que se conheça o ISBN tem que ser incluído
- 7.1.4 As inclusões no ISBN põe-se entre parentesis
Exemplo: ISBN 0-11-950306-9 (v.1)

7.2 Encadernação

- 7.2.1 O segundo elemento é uma rápida nota sobre o tipo de encadernação da obra. Podem-se usar abreviaturas.
- 7.2.2 A inclusão da encadernação é de livre escolha.
- 7.2.3 Se a encadernação é citada, põe-se a seguir o ISBN a que se refere. Exemplo: ISBN 0-901727-88-1 brochura:

7.3 Preço

- 7.3.1 O terceiro elemento é o preço da publicação, dado em números com o símbolo correspondente a moeda. Usam-se os símbolos normalizados para as moedas.
- 7.3.2 A inclusão do preço é de livre escolha.
- 7.3.3 O preço se põe em seguida ao ISBN e da encadernação a que se refere.

Exemplo: ISBN 0-85163-001-4 brochura: £ 0,50

Põem-se entre parênteses inclusões ao preço.

Exemplo: ISBN 0-85417-431-1 brochura £ 3.00 (£ 2.00 para os sócios)

Quando a obra é editada em mais de um formato e tem mais de um ISBN, cada ISBN é citado, seguido da encadernação e o preço a que se referem ao ISBN. Cada uma das citações se separa por um ponto (.), a menos que se coloquem em linhas separadas.

Exemplo: ISBN 22-9999999-1 cart. lam: DN 23.50. ISBN 22-999-9999-7 couro DM. 40.000.

..... 0 0 0



CATALOGAÇÃO DE UM SÓ VOLUME DE PUBLICAÇÕES QUE TENHAM VÁRIOS VOLUMES

1. Catalogação a dois níveis

Este método se baseia na divisão a dois níveis de informação sobre um só volume. O primeiro nível contém aqueles elementos que referem a todos os volumes da publicação. O segundo nível contém os elementos que se referem a esse único volume. Dentro de cada nível a ordem dos elementos segue a ordem prescrita pelo ISBD.

Exemplo	Nível da Publicação Completa	Nível de um só Volume
1.1 Título propriamente dito	A política de mudança na Venezuela: estudo/	A estratégia da pesquisa
1.2 Outros títulos	editado por Frank	Ilustrado por Joan
1.3 Autor	Bonilla.—	Rice. —
2.1 Edição	3ª edição. -	
2.2 Autor da edição		
3.1 Lugar da publicação	Cambridge [Mass.]; Londres:	
3.2 Editor	M. I. T. Press,	
3.3 Data da publicação	1967 — *	1967. —
3.4 Lugar de impressão	(Kingsport:	
3.5 Nome do impressor	Kingsport Press). —	
4.1 Volumes e/ou páginas	3 v. : *	xx, 394. p.:
4.2 Ilustrações	il.;	il., mapas;
4.3 Formato	24 cm. — *	24 c. —
5 Série	(Série mudanças sociais) **	
6 Notas		Índice
7.1 ISBN	ISBN 0-091-32214-8	ISBN 0-091-32213-X
7.2 Encadernação		Tela
7.3 Preço		£ 8.00

* Algumas informações podem estar nos dois níveis.

** Quando o título da coleção é comum a todos os volumes, deve-se mencionar no primeiro nível. Pode-se mencionar no segundo, quando o volume independente se numera ou identifica de maneira particular no interior da coleção.



Esta análise nos daria o seguinte ISBD:

A política de mudança na Venezuela: estudo/editado por Frank Bonilla.- 3.^a edição - Cambridge [Mass.]; London: M. I. T. Press, 1967.- (Kingsport: Kingsport Press). - 3 v.:il.; 24 cm - (Série mudanças sociais) ISBN 0-91-32214-8

v.1: A estratégia da pesquisa/ ilustrado por Joan Rice.- 1967.- xx, 394 p.: il., mapas; 24 cm.—

Índice

ISBN 0-001-32213-X Tela: £ 8.00

2. Entrada Aberta

Outra possibilidade é descrever uma publicação em vários volumes em um só nível, deixando em branco os elementos da descrição sobre os quais não esteja muito seguro, quando se catalogar os primeiros volumes. Estes elementos seriam geralmente a data e o número de volumes. Todos os outros elementos relacionados com um só volume constariam em uma ou várias notas, segundo a forma de apresentação. Não é recomendável este método, tratando-se de uma bibliografia nacional ou em qualquer outro caso que exija uma acumulação automática. Este sistema alternativo resultaria assim no ISBD, aplicando-lhe à publicação analisada acima:

A política de mudança na Venezuela: estudo/ editado por Frank Bonilla.- 3.^a ed.— Cambridge; Londres: M. I. T. Press, 1967 - (Kingsport: Kingsport Press). - 3 v. (xx,394 p.): il., mapas; 24cm.— (Série mudanças sociais).

v.1: A estratégia da pesquisa é ilustrada por Joan Rice.—£ 8.00.- ISBN 0-091-32214-8 Tela.

O ISBD indicado formaria parte de uma informação que seria preciso completar quando se recebesse o ISBD do segundo e terceiro volumes.

..... O O O



EXEMPLOS SELECIONADOS PELOS MEMBROS DO GRUPO DE TRABALHO

Publicações britânicas

1. Mathematics: creation and study of form/ [by] Jacqueline P. Evans. — Reading [Mass.]; London: Addison-Wesley, 1970. — x, 358 p.: ill.; 24 cm. (Addison-Wesley series in mathematics). ISBN 0-021-02568-X Cased: £3.05.
2. Pen yr yrfa: (nofel fuddugol Eistedfodd Genedlaethol Bangor, 1931 / gan Morris Thomas. — [Argraffiad newydd] / wedi ei diwygio ar gyfer argraffiad newydd gan W. Rhys Nicholas. — Llandysul: Gwasg Gomer, 1969. — 145 p.: maps; 19 cm. Previous ed., Caernarvon: Swddafa'r "Goleuad", 1932. Maps on lining papers. ISBN 0-85088-027-0.
3. Les Fragments de "La Destruction de Jerusalem" et des "Amours de vieillard": textes en moyen-breton/ traduits et annotés par Roparz Hemon et supplement établi avec la collaboration de Gwenno Le Menn. — Dublin (10 Burlington Rd, Dublin 4): Dublin Institute for Advanced Studies, 1969. xxxii, 445 p.; 19 cm. — (Mediaeval and modern Breton series; vol. 2). Taken from the manuscript collection of Louis Le Pelletier. ISBN 0-901282-03-0.
4. Wallace and Bates in the tropics: an introduction to the theory of natural selection/ Edited by Barbara C. Beddall, based on the writing of Alfred Russel Wallace and Henry Walter Bates. — [New York] : Macmillan, N.Y.; London: Collier-Macmillan, 1969. — xi, 241 p.: 2 maps, 2 ports; 22 cm. Bibliography p. 226-228. ISBN 0-02-708680-1 Cased: £1.05.
5. Report of a study of rail links with Heathrow Airport / Heathrow Link Steering Group [for the] Ministry of Transport. — London: H.M.S.O. — 2 v.; 25 cm. Part 1. — 1970. — v. 10 p.: ill.; 25 cm. — ISBN 0-11-550156-8 Sewn: £0.12.
6. A revision of the genus *Catoptroterys* Karsch (Orthoptera: Tettigoniidae) / by John Huxley. — London: British Museum (Natural History), 1970. — p. 127-170: ill., maps; 25 cm. — (Bulletin of the British Museum (Natural History). Entomology; vol. 24, n.º 5). Bibliography p. 170. ISBN 0-11-980895-1 Paperback: £1.50.

Publicações holandesas

1. Wetenschap en bibliotheek: een onderzoek naar enkele aspecten van



- kennisvorming en weten-schappelijke communicatie, in het bijzonder bij de sociale geografie / [door] A. O. Kouwenhoven. — Assen: van Gorcum, 1971. — vi, 289 p.: 23 cm.
Ook verschenen als proefschrift Amsterdam, Gemeente Universiteit. ISBN 90-232-0880-3.
2. Bijdrage tot de grondslagen der didaktiek van het aanvangsonderwijs in het Frans: een poging tot integratie van de didactische en linguïstische ordening ener taal als leerstof = Principes de la pédagogie de l'enseignement français fondamental (avec résumé en français) / [door] Rudilf Salomon Mossel. — Amsterdam: Meulenhoff, 1964. — xxi, 290 p.; 22 cm.
 3. COBOL voor de programmeur / eindredacteur W. de Weerd, Publicatie van de Stichting het Nederlands Studiecentrum voor Administratieve Automatisering. — Alphen aan de Rijn: Samsom, 1970. — xii, 403 p.; ill.; 25 cm. — (Informatical; 1). ISBN 90-14-41700-4.
 4. De kus en andere verhalen / [door] Anton Pawlowitsj Tsjehof uit het Russisch vertaald en ingeleid door Aleida G. Schot. — 2^e druk. — §Gravenhage: Boucher, 1954. — 251 p.: ill.; 21 cm.
 5. Kunstreisboek voor Nederland / samengesteld in opdracht van de Rijkscommissie voor de Monumentenbeschrijving. — Amsterdam: van Kampen, 1965. 713 p.: ill.; 19 cm. Dit Kunstreisboek omvat: de 6^e druk van dl Noord-en Zuid-Holland, de 5^e druk van dl II, Friesland, Groningen, Drente; de 5^e druk van dl III, Overijssel, Utrecht, Gelderland; de 5^e druk van dl IV, Zeeland, Noord-Brabant, Limburg.

Publicações francesas

1. Les Mutants / par Henry Kuttner, [traduit par Frank Straschitz]. Le Serviteur invisible / par Margaret St Clair, [traduit par Michel Demuth]. Parfums / par James Stammers, [traduit par Simone Hilling]. — Paris: Editions Opta, 1969. — 255 p.: couv. ill.; en coul.; 18 cm. — (Galaxie; 68 bis). Titre original 1: Mutant. — Titre original 2: The Airy servitor. — Titre original 3: Scent makes a difference. ISBN 2-0-0000000-X.
2. Bibliographie de la tapisserie, des tapis et de la broderie en France / par J. J. Marquet de Vasselot et Roger Armand Weigert. — Paris: A. Colin, 1935; Paris: F. Nobelet, 1969. — XVI, 345 p.; 23 cm. — (Archives de l'art français: nouvelle période; 18).
Reproduction en fac-similé de l'édition de 1935. ISBN 2-00-000000-X, Rel.: 90 F.
3. L. Annaei Senecae de vita beata... = Sur le bonheur / Sénèque...



édition, introduction et commentaire de Pierre Grimal, . . . — Paris: Presses universitaires de France, 1969. — 128 p.; 18 cm. — (Erasmus; 24).

ISBN 2-000-00000-X. Br.; 14 F.

4. Les Bateaux. . . / Edward V. Lewis, Robert O'Brien, traduit de l'anglais par Serge Ouvaroff. — [Paris]: R. Laffont, 1969. — 189 p.: ill. en noir et en coul., dépl., couv. ill. en coul.; 19 cm. — (Laffont sciences).

Titre original: Ships.

Bibliogr. pp. 178-179. Index.

ISBN 2-0000-0000-X. Br.: 9 F.

5. Lettres d'Ézra Pound à James Joyce; avec les Essais de Pound sur Joyce: Pound, Joyce / présentées et commentées par Forrest Read, traduction de Philippe Lavergne. — Paris: Mercure de France, 1970. — 352 p.; 22 cm. Titre original: Pound, Joyce, the letters of Ezra Pound to James Joyce with Pound's essays on Joyce. — Contient quelques lettres de James Joyce à Ezra Pound. — Index.

ISBN 2-00000-000-X Br.: 36 F.

6. Présence de Lénine. . . / Georges Cogniot. — Paris: Editions sociales, 1970. 2 vol. (253 + 159 p.); 18 cm. — (Notre temps).

1. La Trame d'une vie hériïque.

ISBN 2-000000-01-X Br.: 7, 10 F.

2 Les Destinées historiques du léninisme.

ISBN 2-000000-02-X Br.: 5 F.

Publicações húngaras

1. A per : [regény] / [irta] Franz Kafka. For. Szabó Ede. Utószó: Walkó György. — Budapest: Európa, 1970 (Debrecen: Alföldi ny.). — 315 l.; 19 cm.

Original title: Der Prozeß.

24.50 Ft.

2. Határozatlan integrál: [egyetemi segédkönyv] / irta Fazekas Ferenc. — 4. kiad. — Budapest: Tankönyvkiadó, 1968 (Egyet.ny.). — 206 l.: ill.; 24 cm. (Muszaki matematikai gyakorlatok; A.5).

25.50 Ft.

3. Dialektisches Denken in der Philosophie von Gottfried Wilhelm Leibniz / von Anna Simonovits. [Übers. v. Werner Schuffenhauer.] — Budapest:

Akadémiai Kiadó; Berlin: Akademischer Verl., 1968 (Budapest: Akadémiai ny.). — 239 -: 1 t; 21 cm.

Original title: A dialektika Leibniz filozófiájában.

4. Világnézeti nevelésünk természettudományos alapjai. — Budapest:



Tankönyvkiadó, 1970. — 6 köt.: ill; 24 cm.

5. Válogatott fejezetek az általános természeti földrajzból / [szerk. Láng Sándor]. — 380 1. ill.

Bibliográfica a fejezetek végén.

49.00 Ft.

5. Az Egyetemi Könyvtár exkönyvei = [Annales Bibliothecae Universitatis de Rolando Eötvös nominatae]. — Budapest: Egyetemi Könyvtár. — 24 cm. 4.1968 / [szerk. Mátrai László, Tóth András, Vértesy Miklós]. — 1968 (Szeged: Szegedi ny.). — 369 1.: ill.; 24 cm. Idegen nyelvű kivonatokkal.
6. Magyar könyvészet: a Magyarországon megjelent könyvek, zeneművek, térképek és, hanglemezek címjegyzéke / közreadja az Országos Széchényi Könyvtár. — Budapest: OSzK. — 24 cm. 1966 / [fel. szerk.: Fügedi Péterné]. — 1968. — XIX, 882 1.

Publicações catalogadas pela Library of Congress

1. Les Jonques chinoises / par L. Audemard. — Rotterdam: [s.n.], 1957-62. — 4 v.: ill. (part col.), maps (1 fold.) port.; 27 cm. (Publicaties van het Museum voor Landen Volkenkunde en het Maritiem Museum "Prins Hendrik"; 5-8) (L. V. [publicatie]; 4-7) (M. M. [publicatie]; 3-5, 7). Bibliographical footnotes.
Contents 1. Histoire de la jonque — 2 Construction de la jonque — 3. Ornementation et types — 4. Description des jonques.
2. Musicians in English society, from Elizabeth to Charles I / by Walter L. Woodfill. — New York: Da Capo Press, 1969, c1953. — xiv, 372 p.: ill.; 24 cm.
(Princeton studies in history; v. 9) (Da Capo Press music reprint series).
Bibliography: p. 315-361.
Appendices (p. 247-313): A. Appointment of London waits — B. Entries relating to music from household records — C. Entries relating to music from municipal records — D. Town employing waits — E. The King's musick.
S 15.00.
3. Polarographic investigations of organic diselenides, disulphides and azo compounds: with special reference to reversibility and adsorption in electrode processes / by Bengt Nygard. — Uppsala: Universitetet; Stockholm: Almqvist & Wiksell, 1967. — 37 p.: ill.; 24 cm.
(Abstracts of Uppsala dissertations in sciencet; 104) (Acta Universitatis Upsaliensis).
(S67-49 Inaug. — Diss. — Uppsala).
Extra t. p., with thesis statement, msented.



Bibliography: p. 34-37.

10.00 skr.

4. The Avalon peninsula of Newfoundland: an etholinguistic study / by E. R. Seary, G. M. Story and W. J. Kirwin. — Ottawa: Queen's Printer, 1968. — xi, 115 p.: maps; 25 cm.
(National Museum of Canada. Bulletin; n.º 219: Anthropological series; n.º 81).
Résumé in French.
Bibliography: p. 77-81.
5. A revision of the genus *Malacosoma* Hübner in North America (Lepidoptera — Lasiocampidae): systematics, biology, immatures, and parasites / [by] Frederick W. Stehr and Edwin F. Cook. — Washington: Smithsonian Institution Press, 1968. — vi, 321 p.: ill. (part col.), maps; 24 cm (U.S. National Museum. Bulletin; 276).
"Modified from a Ph. D. thesis by Frederick W. Stehr. . . University of Minnesota in 1964."
Bibliography: p. 193-200.
6. Alberta alone / [by] Cora Sandel. Translated from the Norwegian. . . by Elizabeth Rokkan. — New York: Orion Press, 1966. — 762 p.; 21 cm. Original title: Bare Alberta.
"Originally published in three volumes: Alberta og Jakob. . . Alberta og friheten. . . [and] Bare Alberta."
7. Gronland = Greenland / Kjeld Rask Therkilsen. — Kobenhavn: Schonbergske forlag, 1953. — 123 p.; ill., map; 27 cm.
8. Mélanges offerts à Juraj Andrassy = Essays in international law in honour of Juraj Andrassy / texte rédigé par Vladimir Ibler. — La Haye: Martinus Nijhoff, 1968. — xii, 365 p.: port.; 24 cm.
French, English or German.
"Bibliographie des travaux scientifiques de Juraj Andrassy": p. [358] - 365. Bibliographical footnotes.

..... 0 0 0



SISTEMA DE INFORMAÇÃO JURÍDICA

Senado Federal — Prodasen

Octavio Gennari Netto

1 INTRODUÇÃO

É primordial dotar o país de dispositivos jurídicos que espelhem sua realidade, que permitam o atendimento aos justos anseios de suas instituições, que corrijam distorções e equívocos de normas precedentes ou que as atualizem. Esta é uma tarefa intrinsecamente complexa e, para sua consecução, é necessário o permanente acesso às informações jurídicas.

Além de intrinsecamente complexo, o processo legislativo e a aplicação das normas por ele geradas, alcançam, presentemente, pontos críticos à medida que se observa que:

- não existem procedimentos de Técnica Legislativa adequados. Sabe-se que a norma deve ter uma ementa, mas não existem padrões para sua redação; a praxe criou a expressão "dá outras providências" na redação das ementas, que muitas vezes é utilizada inadequadamente; a sistemática utilizada para as alterações e revogações de dispositivos tornou extremamente confusa a legislação, sendo difícil a sua compulsão, além de facilitar o aparecimento de conflitos entre dispositivos.
- o Poder Legislativo estava, até bem pouco tempo, desprovido de recursos materiais que lhe permitissem o acesso rápido e preciso às informações. Como consequência, verificava-se, em certos casos, que a contribuição que o Congresso deveria dar, ao analisar proposições de natureza técnica, era limitada.

Estes fatos, dentre outros, repercutiram seguidamente nos órgãos que refletem a opinião pública.

De outro lado, frente ao grande conjunto de normas que compõem o Direito Positivo Brasileiro, têm sido frequentes os apelos a que se promova a consolidação da legislação. Gerar uma metodologia já é, de "per si", tarefa delicada e penosa, executá-la é missão de proporções ainda inconcebíveis. Inegável é que ela ocorrerá, mais cedo ou mais tarde, igualmente indiscutível é reconhecer-se que o Congresso desempenhará papel relevante nesse empreendimento. O corolário natural desta realidade está em que o Congresso Nacional organize os recursos necessários ao êxito desta gigantesca empresa. Acesso rápido e correto às informações pertinentes às normas jurídicas editadas no país, constituem elemento importante no desenvolvimento dos trabalhos relacionados à consolidação.

De igual importância, nessa tarefa — e de resto, fundamentalmente,



ao próprio processo legislativo — encontramos a premente necessidade de tornar disponíveis aos juristas e, em especial aos legisladores, as informações geradas nos Tribunais, decorrentes das interpretações das normas jurídicas, prolatadas nas sentenças e que consubstanciam a Jurisprudência de nosso Direito. Aos que aplicam e interpretam os diplomas jurídicos é justo reconhecer-se, impõe-se que se lhes facilite a árdua tarefa de distribuir a justiça, dotando-os de forma mais eficiente, das informações que necessitam.

Nos procedimentos legislativos estaduais, o conhecimento dos dispositivos de hierarquia federal formam embasamento de primordial relevância a que sejam observados, pelas normas de âmbito estadual, os preceitos maiores, inscritos nos textos normativos que abrangem o conjunto da Federação.

Em síntese, dada à complexidade da tarefa a que se propõe o PRODASEN — de ordenação e sistematização do arquivamento de normas jurídicas e sua correta recuperação — é inegável que isto demandará tempo e persistência, esforço e dedicação dos que a ela se devotam. Encontramo-nos pois, tão somente, no limiar de uma nova época, em que os beneficiários não serão apenas os senhores parlamentares, mas toda a Nação Brasileira, que poderá usufruir dos benefícios proporcionados pela centralização sistematizada da legislação, disponível instantaneamente.

2 PRODASEN

Em setembro de 1971, o Senado Federal contratou um sistema eletrônico de processamento de dados, objetivando empregá-lo em suas atividades meio e fins. No processo de contratação e definição das aplicações iniciais, o Senado Federal recebeu a colaboração de renomados especialistas no setor.

Em outubro de 1971 foi criado o PRODASEN, na forma de um "Grupo de Trabalho", diretamente subordinado à Presidência do Senado Federal, que logo a seguir iniciou o processo de contratação de técnicos em processamento de dados, treinamento de pessoal em todos os níveis e a árdua tarefa de implantação dos sistemas de informação.

Dos principais sistemas de informação que o PRODASEN se incumbiu, destacavam-se, na época, os seguintes:

- *Referência Legislativa.* O escopo deste sistema é o armazenamento e a recuperação, via terminais, de informações pertinentes às normas jurídicas editadas no país, prevendo o projeto em sua primeira fase, tão somente, o arquivamento das normas editadas a partir de 1946 e de nível hierárquico até o de Decreto.



- *Referência Bibliográfica.* O sistema tem como objetivo o armazenamento e a recuperação, via terminais, das referências bibliográficas pertinentes ao acervo das Bibliotecas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.
- *Controle de Tramitação de Matérias.* O sistema tem como objetivo o controle e a recuperação de informações, via terminais, sobre as matérias em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional, separadamente ou em conjunto, com o registro de todas as ações legislativas sobre elas verificadas, assim como o controle das matérias que tramitaram no Congresso ou, separadamente, nas duas Casas, e que não tenham sido transformadas em normas jurídicas.

3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO JURÍDICA

Com a evolução dos trabalhos de implantação do Sistema de Referência Legislativa, a orientação foi que, face às características técnicas do projeto, os recursos mobilizados viessem de encontro não somente na solução dos problemas domésticos do Congresso Nacional, mas também, daqueles que afetam toda a coletividade. Concluiu-se então que o sistema de referência legislativa deveria ser ampliado, transformando-se num Sistema de Informação Jurídica, visando a centralizar no país, em um único "Banco de Dados", as informações relacionadas à Legislação, Jurisprudência e Doutrina da Ciência do Direito.

A partir dessa nova definição, todos os esforços do Senado Federal passaram a se concentrar no Sistema de Informação Jurídica SIJUR, o qual possui, como componentes básicos, três subsistemas:

- *Referência Legislativa.* Armazenamento e recuperação das informações, via terminais, das Normas Jurídicas, de qualquer nível, editadas no país.
- *Referência à Jurisprudência.* Armazenamento e recuperação de informações, via terminais, da Jurisprudência dos Tribunais Federais e, posteriormente, dos Tribunais Estaduais.
- *Referência à Doutrina.* Armazenamento e recuperação de informações, via terminais, de referências às publicações sobre a Doutrina da Ciência do Direito.

É notório que a esses "data-bases", componentes do SIJUR, deveria ser incorporado um outro, primordial para a recuperação de informações, e também disponível "on-line", o Thesaurus Jurídico.

A elaboração do Thesaurus Jurídico está sendo efetuada sob a coordenação da Secretaria de Informação do Senado Federal, que em sua Divisão de Análise e Pesquisa reúne um grupo de especialistas em Direito.



Diversos Ministérios, Tribunais e Entidades de Classe de Advogados estão oferecendo sua contribuição no processo de elaboração do Thesaurus, não somente na fase de extração dos descritores dos textos das Normas Jurídicas, bem como na hierarquização dos referidos descritores.

É importante ressaltar que a extração de descritores dos textos das Normas Jurídicas está sendo efetuada com base numa metodologia estabelecida, de comum acordo, entre o PRODASEN e a Secretaria de Informação, não sendo utilizado o computador eletrônico para essa tarefa. Foram efetuadas diversas experiências de análise automática de conteúdo de textos, mas pelos problemas de técnica de elaboração legislativa que mencionamos na Introdução e pela ausência de uma padronização da Terminologia Legal, deste trabalho os resultados apresentados não foram satisfatórios, já que uma simples análise sintática e semântica dos textos não se revela suficiente para a extração de todos os conceitos jurídicos — Descritores — neles contido. Entretanto, o PRODASEN não se esquivará ao desafio mais embaraçoso na área de recuperação e arquivamento de informações, constituído pelo desenvolvimento de rotinas e programas destinados a extrair, sem a subjetividade inerente aos processos manuais, os descritores adequados dos documentos. Reconhecemos que, para essa tarefa, ainda deveremos assimilar mais "know-how", e que, principalmente, elevados investimentos deverão ser efetuados.

4 ARQUIVAMENTO DA INFORMAÇÃO

a) *Conceituação*

- *Documento*. É a unidade de informação sob controle do STAIRS. Em um documento podemos representar um livro, uma Norma Legal, um discurso, um artigo de periódico, um acórdão, etc.
- *Parágrafos, Sentenças e Palavras*. Os documentos são subdivididos em parágrafos, que por sua vez são compostos de sentenças, e as sentenças de palavras (as palavras também podem representar códigos numéricos).
- *Termo*. É qualquer expressão verbal extraída, seletivamente, do texto de um documento.
Ex. Na Constituição da República, podemos extrair o seguinte termo: "Compete privativamente ao Presidente da República".
- *Descritor*. É o elemento básico a ser utilizado na recuperação de informações pela utilização do STAIRS. Um descritor representará sempre um conceito bem definido.
Podem existir dois tipos de descritor:
 - Monoverbais — com uma só palavra.
Ex.: Proibição.



- Poliverbais – com mais de uma palavra.
Ex.: Presidência da República.
- *Glossário*. É o conjunto de descritores ordenado alfabeticamente.
- *Thesaurus*. É o conjunto de descritores ordenado segundo uma hierarquia que contenha as relações de generalidade e especificidade existente entre os descritores.

b) *Formato dos Arquivos*

Todos os quatro "data-bases" do SIJUR possuem o mesmo formato, sendo cada documento subdividido em cinco parágrafos fundamentais:

- *Identificação*. São os dados básicos que caracterizam o documento.
Ex.: Leo 004070 150672 DOFC 220662
- *Texto*. É uma descrição sucinta do documento. Por exemplo, no caso de uma Norma Legal, utiliza-se a ementa; no caso de um livro, utiliza-se um abstrato, etc.
- *Descritores*. São os descritores extraídos do texto de um documento.
- *Vides*. São as referências cruzadas com outros documentos. Por exemplo, no caso da Legislação, os vides representariam as Normas Legais diretamente relacionadas com aquela do documento em questão, quer por uma alteração, quer por uma complementação.
- *Replicações*. São as informações sobre eventuais replicações do documento original.

c) *Documento Básico do SIJUR*

De início, os documentos componentes do então Sistema de Referência Legislativa eram as Normas Legais. Atualmente, está se adotando um novo critério, qual seja o de um documento representar uma informação jurídica. Exemplificando, na análise da Constituição Federal, os documentos são representados por artigos, ou até mesmo por parágrafos ou alíneas. Isto porque um documento complexo e extenso como a Constituição Federal, a CLT, os Códigos e mesmo outros tipos de Normas Legais, contém informações diversas que devem ser recuperadas seletivamente, tendo em vista sua especificidade.

d) *Arquivamento de Textos*

O PRODASEN não se preocupou em arquivar o texto de uma Norma Jurídica, principalmente por considerar anti-econômico esse processo e mesmo porque os juristas e legisladores necessitam de informações sistematizadas e precisas sobre as normas jurídicas, sendo os textos



disponíveis em publicações especializadas.

Entretanto, dentro em breve, o PRODASEN começará a arquivar, em arquivos magnéticos de seu computador eletrônico, Normas de nível inferior a Decreto, tais como Avisos, Resoluções, Despachos Ministeriais, etc., não havendo para as mesmas uma centralização sistematizada de publicações. Para resolver o problema, o PRODASEN tem pronto o projeto completo de arquivamento, em microfichas, de todas as Normas Jurídicas, independentemente de seu nível. É este arquivo que deverá complementar as informações fornecidas pelos terminais do computador.

5 RECUPERAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A informação arquivada no computador do PRODASEN é recuperada através de terminais locais ou remotos.

O pesquisador deverá sempre consultar o Thesaurus, que como já afirmamos será disponível "on-line", recebendo desse arquivo todas as informações sobre os descritores autorizados ou não, para utilização. As informações contidas no Thesaurus são, basicamente, as seguintes:

- *PARÁGRAFO USE*. É um parágrafo Ativo (constituído de informações que podem ser recuperadas através da função SEARCH) que contém um campo formatado, que indica o número do descritor que deu origem ao documento, o descritor propriamente dito, o qual terá o máximo de 35 (trinta e cinco) caracteres, incluindo o ponto final.
- *PARÁGRAFO NOTA*. Este é um Parágrafo Ativo, de até 99 (noventa e nove) linhas, cujo objetivo é explicitar o significado do descritor origem.
- *PARÁGRAFO NÃO USE*. É também um Parágrafo Ativo, de até 99 (noventa e nove) linhas, que contém todos os descritores não autorizados, assim como expressões populares, que poderiam ser confundidas pelo usuário como sendo descritores autorizados.
- *PARÁGRAFO SUPERIORES*. Este Parágrafo poderá ter até 200 (duzentas) linhas e contém toda a vizinhança superior do descritor origem, formado pelos descritores imediatamente superiores ao descritor origem, dentro da hierarquia do Thesaurus.
- *PARÁGRAFO INFERIORES*. É um Parágrafo de até 200 (duzentas) linhas que contém a vizinhança inferior ao descritor origem.
- *PARÁGRAFO ASSOCIADO*. É um Parágrafo de até 200 (duzentas) linhas que contém os descritores associados ao de origem.

É óbvio que essas informações são os dados básicos do arquivo do Thesaurus, sendo que a maioria delas tem a finalidade de orientar o



pesquisador para o descritor autorizado, inclusive fornecendo seu significado dentro do Thesaurus e os descritores que constituem a vizinhança do descritor autorizado.

Uma vez tendo conhecimento dos descritores autorizados, o pesquisador dirige-se ao "data-base" desejado; isto é, o de Legislação, o de Jurisprudência ou o de Doutrina, e por meio das funções do STAIRS recupera os documentos desejados. Vê-se, pois, que o Sistema de Informação Jurídica do Senado Federal não tem pretensões de interpretar fatos jurídicos e, muito menos, de proferir sentenças. Os fatos jurídicos devem ser analisados e equacionados em termos de descritores autorizados, a fim de se ter acesso ao sistema. Em síntese, o Sistema do Senado Federal visa fornecer informações jurídicas corretamente e rapidamente.

6 RECURSOS DO PRODASEN

a) *O Sistema de Computação*

Para as tarefas a que se propõe, o PRODASEN está dotado de um Sistema IBM/370, modelo 155, com as seguintes características básicas:

- Memória principal: 512 K
- três unidades de Discos Magnéticos — modelo 3330
- três unidades de Fita Magnética — modelo 3420
- uma Leitora Perfuradora de Cartão — modelo 2540
- uma unidade Impressora de Formulários — modelo 1403 N01
- Terminais de Vídeo — modelos 2260 e 2740 — em fase de substituição pelos terminais 3270 — instalados nas duas Casas do Congresso Nacional.

O Sistema de entrada, que atualmente é constituído de máquinas Perfuradoras/Conferidoras IBM 129, será substituído por um Sistema mais flexível, isto é, pelos terminais IBM 2260 que funcionarão como "data-entry".

b) *O Programa de Arquivamento e Recuperação de Informação Utilizado*

O PRODASEN está se utilizando do programa-produto STAIRS, de propriedade da IBM.

O STAIRS consiste de três grupos de programas:

- Programas utilitários para criação de "data-bases".
- Programas utilitários para manutenção de "data-bases" — Sistema AQUARIUS — **A Query And Retrieval Interactive Utility System.**

O Aquarius possui várias funções básicas, dentre as quais podemos destacar, como de uso mais comum, as seguintes:

- SEARCH. Possibilita a pesquisa aos documentos por meio de combinação lógica de descritores.



- SELECT. Permite a pesquisa de campos formatados.
- RANK. Possibilita a determinação de valores de relevância para cada documento recuperado.
- BROWSE. Permite exibir os documentos recuperados.
- SAVE. Possibilita guardar um conjunto de pesquisas efetuadas.
- SORT. Possibilita classificar os documentos recuperados, segundo um campo formatado qualquer.

O STAIRS trabalha sob controle do programa CICS, que por sua vez trabalha sob controle do sistema operacional OS.

No caso específico do PRODASEN, é a seguinte a ocupação da memória principal do computador eletrônico:

		K BYTES
Núcleo	OS	111
	Núcleo primário	130
CICS	SIP	10
	CUSHION	10 ⁺
STAIRS	temp. storage	10 ⁺
	programa residente	50 ⁺⁺
		<hr/>
	TOTAL	321
Terminal	3270 – Cada	13

Obs: + – Depende da Instalação
 ++ – Opcional

Como se depreende da tabela de ocupação da memória principal, o computador do PRODASEN opera dedicado à recuperação de informações, no horário compreendido entre 9:00 e 22:00 horas.



7 DISSEMINAÇÃO DO SISTEMA

A Disseminação do Sistema de Informação Jurídica será efetuada em diversas etapas, a saber:

- 1.^a — em 1973 serão instalados 8 (oito) terminais 3270 em Tribunais Federais e Ministérios sediados em Brasília.
- 2.^a — em 1974 serão instalados novos terminais em Órgãos Públicos, sediados em Brasília e o sistema começará a ser estendido a outros Estados da Federação.

Até o momento foram efetuadas três experiências com terminais em outros Estados da Federação, tendo as mesmas funcionado perfeitamente a contento. Entretanto, face à impossibilidade da EMBRATEL dispor de um canal de micro-ondas bloqueado permanentemente, para a conexão de Brasília com outros Estados, o Senado Federal viu-se obrigado a protelar a instalação de terminais em outras localidades.

Em síntese, quando o Sistema de Informação Jurídica, que está sendo montado pelo Senado Federal, estiver disseminado por todo o país, serão imersos os benefícios propiciados à Nação Brasileira, quer na ordenação e sistematização centralizada das Normas Jurídicas, quer nos subsídios que fornecerá para padronização da Terminologia Legal assim como para a importante tarefa de consolidação da legislação.

..... O O O



SCHILLER PRESIDE NOVA CASA EM MARBACH

Klaus U. Elmeyer

Uma turbulência pouco usual marcou o encerramento de uma semana bastante agitada: a inauguração da casa do *Arquivo Literário Alemão* — entidade localizada em Marbach junto ao Neckar, que centraliza milhares de manuscritos de poetas e sua correspondência, primeiras e últimas edições — teve espantosa repercussão. A presença de figuras ilustres foi caracterizada por dois acontecimentos: a inauguração, que contou com a presença do Presidente Gustav Heinemann; no dia seguinte, a Ministro da Cultura da União Soviética, Sra. Iekaterina Furzeva, prestava seu preito a essa estância de poetas. Numa quente tarde de maio, o próprio povo tomou conta das instalações, avistando a sala de estudos, a Sala Cotta e a Galeria, aproveitando-se assim desse dia das portas abertas, tão caro aos poetas alemães, bem como ao diretor do Arquivo e seus colaboradores.

Esse início de trabalhos pouco comum caracterizou bem o papel de um templo das musas literárias de nossa época. O chefe de Estado, renunciando aos altos vôos de oratória e aos elogios aos grandes poetas, preferiu falar de um tema chegado aos poetas e aos presentes: a própria língua que, no dizer de Heinemann, tem como principal função expressar conteúdos concretos, fazendo-se compreensível. Neste sentido, tachou de antidemocrática uma tendência à complicação, característica do linguajar oficial e tecnológico. Essa exigência algo radical de uma linguagem compreensível caracteriza o desespero de muitos cidadãos, para quem se torna cada vez mais difícil compreender o jargão especializado.

Demonstrando uma despreensão idêntica ao do Presidente, os pesquisadores de Marbach não quiseram dedicar a mostra, montada na ala lateral do Museu de Schiller, nem à nostalgia dos poetas alemães pela Itália, nem à harmonia estilística entre poesia e livro impresso, pelo que sua exposição tem como temática "ao findar a guerra". Cartazes, jornais e anúncios oficiais documentam uma fase da literatura e do teatro, marcada pela miséria exterior, pela tragicidade, pela culpa e pela pobreza, bem como pela confiança no futuro e esperança na liberdade.

Trata-se de uma exposição que nos faz pensar. Seus visitantes do primeiro dia demonstraram espanto e consternação. Muitos deles participaram ativamente dos acontecimentos. Ainda assim, muitos deles puderam também penetrar o mistério de fatos históricos pouco pesquisados: neste sentido, citamos o processo de desnazificação do ator Werner Krauss, a riqueza literária das primeiras revistas literárias a circularem no pós-guerra; os primeiros "romances de rotativa" editados por Rowohlt



("Stalingrad", em formato de jornal), os primeiros contatos entre os emigrantes e aqueles que haviam permanecido no país durante o nazismo. O meritório catálogo da exposição preenche, com satisfatória amplitude, a função que lhe foi atribuída. Trata-se de uma obra de referência digna de ser posta em nossa biblioteca: um livro de história que decifra o significado de folhas de livro já amarelecidas pelo tempo, de revistas já esquecidas, de manuscritos em letra miúda e de retratos desenhados durante a guerra.

A época da guerra e os anos do pós-guerra confinam com outras eras, já dignas de museu, e que, nem por isso, foram menos agitadas: os anos por volta de 1800. A vivência da ditadura, do poder absoluto, tornaram atuais, em 1945, os patéticos apelos em prol da liberdade, pronunciados por Schiller, século e meio antes. Durante as festividades de inauguração do Arquivo, a Ministro Furzeva lembrou-se do poeta alemão e de suas palavras.

A Sociedade Schiller da Alemanha tem como finalidade estudar, pesquisar e manter os testemunhos de obras literárias que vão de Schiller e Zuckmayer, Werfel, Tucholsky, Hauptmann e os irmãos Mann, desde os clássicos até seus epígonos. Os acontecimentos políticos tornaram inócua uma atividade restrita à atividade do poeta que dá nome à sociedade e a seus contemporâneos: daí surgir, já no ano de 1955, a idéia de se tornar a entidade uma coleção central de documentos literários datados de 1750 para cá. Após preparativos que duram mais de um decênio e os três anos de construção, as instalações anexas ao vetusto Museu Schiller se nos afiguram como laboratórios de pesquisa moderníssimos.

Examinemos primeiro a construção, obviamente um anexo ao prédio do museu, que nem por isso salta à vista. Ao prepararem seu projeto, os arquitetos Jorg e Elisabeth Kiefer e Wolfgang Lauber, de Stuttgart, consideraram mais função do que representação, tendo solucionado com grande felicidade o problema da integração da nova obra em sua paisagem. Na apresentação escrita do projeto, eles observam: "O arquivo literário apresenta-se como uma mão aberta em seu ambiente; ao mesmo tempo, sua atmosfera funcional está ligada a um clima de intimidade de trabalho".

Na base do projeto notamos uma organização de salas de trabalho, em torno à sala de catálogos, pelo que cada seção se encontra igualmente próxima a esse centro motor do arquivo. Esse anel tem um abertura, que dá para um pátio de leituras, decorado por fontes, canteiros e vista sobre o rio Neckar. Uma galeria cerca o espaço central interior. Os vários setores de trabalho se encontram em diferentes planos, que quebram uma rígida seqüência de andares. Subidas e decidas elegantes e fluentes contribuem também com a transparência da organização interna.

Essa obra arquitetônica torna-se ainda mais notável quando conside-



ramos não estar baseada em quaisquer modelos conhecidos. O Arquivo Literário não é uma biblioteca convencional, se bem que disponha de considerável acervo literário. É mais que um seminário universitário, pelo que também contém uma sala de estudos, comportando 50 confortáveis locais de trabalho. O Arquivo abriga várias comissões de trabalho, como, por exemplo, a responsável pela edição nacional das obras completas de Schiller ou os grupos de trabalho dedicados às edições das obras de Jean Paul e de Moricke. Além disso, abriga a Coleção Kippenberg — que inclui uma coleção completa da série editada pela Insel Verlag — e o amplo arquivo da Editora Cotta. Ao todo, e em números redondos, o Arquivo tem em seu acervo 420 heranças literárias ou coleções, bem como 160 mil livros.

De certa feita, o diretor do Arquivo, Bernhard Zeller, reduziu à seguinte fórmula a função de sua entidade: “coletar e pesquisar”. As novas instalações correspondem a essas funções. Os preparativos detalhados que cercaram o desenho da planta valeram a pena e a importância dispendida de 10,5 milhões de marcos, que é modesta quando comparada à gasta na construção de edifícios correspondentes.

No entanto, o prédio de Marbach não estatuiu apenas um exemplo arquitetônico. Ao mesmo tempo, ele demonstra uma notável modificação no valor que se atribui à tarefa da germanística na atualidade. A ampliação do campo de trabalho, para além da época de Schiller, foi uma consequência dessa modificação. No ano de 1955, quando passava também a existir uma soberania da República Federal da Alemanha, os pesquisadores literários de Marbach reconheceram a necessidade de se criar um arquivo central, que englobasse documentos e materiais necessários a uma pesquisa literária moderna. Por mais que fossem intensos os contatos com entidades congêneres, notadamente em Weimar, nas duas zonas Berlim e em Frankfurt sobre o Meno faltava um organismo que se dedicasse a pesquisar, por exemplo, obras e destinos de escritores alemães no exílio provocado pelo hitlerismo.

Essa temática, aliás, tornou-se uma das temáticas centrais do Arquivo de Marbach. O que ele coleciona não são relíquias, mas sim cartas, anotações, bilhetes, planos e projetos que sirvam à reconstituição das versões originais, ao esclarecimento exegético e das intenções da obra.

As complicações que cercam a literatura dos escritores exilados são incomuns. Podemos encontrar vestígios desses escritores em todos os continentes do globo; os testemunhos existentes, como não podia deixar de ser, estão sujeitos às leis do tempo. As negociações em torno aos legados literários levaram a situações rocambolescas. No entanto, antes de mais nada, a aquisição de tais legados depende de muito dinheiro, de verbas



capazes de concorrer no grande negócio internacional que se tornou a mania de colecionar documentos de pessoas ilustres ou a elas relativos.

O Arquivo Literário Alemão é entidade filiada à Sociedade Schiller. Seus recursos se originam principalmente da Federação e do Estado de Baden-Württemberg. A construção do arquivo foi financiada pela Federação, pelo Estado e pela Fundação Volkswagen, em partes iguais. No entanto, as grandes fundações têm reduzido seus recursos destinados à aquisição de coleções. Uma vez que o Arquivo dispõe de 60 colaboradores, suas verbas destinadas às aquisições são bastante reduzidas.

À medida em que essas compras envolvam objetos de literatura contemporânea, a entidade de Marbach conta com o capital de suas relações pessoais. Essas relações costumam beneficiá-la com legados literários, bem como com colaborações graciosas. Como exemplo, citamos a colaboração, no instituto, do Dr. Eduard Berend, editor das obras completas de Jean Paul e cujo regresso à Alemanha, no ano de 1957, se realizou sob os auspícios da entidade. Daí não ter sido obra do acaso a presença de familiares de poetas notáveis, durante as cerimônias de inauguração do Arquivo.

O prédio deverá tornar-se também centro de debates sobre temas atuais e ponto de encontro. Há muito, os colaboradores da casa têm desconsiderado as acusações que lhes têm sido feitas, segundo as quais eles estariam vivendo num isolamento satisfeito. A semana de inauguração do arquivo repercutiu de modo inesperado, ultrapassando as expectativas. O edifício construído na colina junto ao rio Neckar deverá estabelecer-se como sede de encontros, de seminários e de entendimentos.

Deutsche Zeitung
25-5-1973
Tribuna Alemã, n.º 94,
Julho – 1973

..... 0 0 0



INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

1. Um dos grandes problemas que enfrenta o INL é saber como atender aos que necessitam de livros, através das bibliotecas, uma vez que 45% da população está concentrada em 251 grandes centros urbanos e a outra metade dispersa em 3700 municípios, carentes de recursos e de pessoal qualificado.
2. A bibliotecária e escritora Maria Alice Barroso, diretora do INL, íntegra, a partir de 1973, o corpo docente da Universidade de Brasília, atuando como professora do Curso de Biblioteconomia.
3. De acordo com o Convênio celebrado entre o INL e o MOBRAL, 23 obras, com tiragem de 100 mil exemplares, serão editadas. O projeto Denominado MOBRAL-CULTURAL tem como finalidade preencher as horas de lazer das pessoas que só possuem instrução primária. O projeto se divide em três fases, nas quais se incluem a publicação de seis romances resumidos e seis antologias com poemas, contos e crônicas de autores brasileiros.
4. O INL lançou sua milésima co-edição, com o relançamento, em novembro último, da obra A CONQUISTA DO DESERTO OCIDENTAL de Craveiro Costa.
5. **NOVO PROJETO DO INL** – A implantação do Banco do Livro em todos os Estados, garantirá aos alunos que entregarem os livros da série que concluirão receber os que irão precisar.
6. A Biblioteca Pública, mantida pelo INL em Brasília, tem em seu acervo 30.000 obras. Durante o mês de novembro passado foram feitos 5.000 empréstimos e 20.000 consultas foram feitas na Biblioteca.
7. O INL abriu concorrência pública, em outubro passado, para distribuição de livros aos alunos de 1.ª a 8.ª séries do 1.º grau, Programa 1973/74 em todos os Estados, num total aproximado de 8.500.00 livros, assim como 207.600 volumes para as bibliotecas.
8. *FUNAI* – 70 bibliotecas serão instaladas nos Postos indígenas, pela Fundação Nacional do Índio. Para a concretização da medida colabora o INL.
9. **CONVÊNIOS**

Resumo do Convênio celebrado entre o Instituto Nacional do Livro do Ministério da Educação e Cultura e a Associação Universitária Santa Úrsula, para manutenção de alunos estagiários.

O Instituto consignará o auxílio de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) para manter estagiários, alunos da Faculdade de Bibliote-



conomia e Documentação da AUSU em serviços relacionados diretamente com o público e a mesma se obrigará a indicar alunos matriculados na sua Faculdade de Biblioteconomia que estejam em condições de executar tarefas na Biblioteca Regional de Copacabana, situada à Avenida Nossa Senhora de Copacabana nas secções de Consulta, Referência, Empréstimo e Extensão, devendo enviar relatórios de efetiva prestação de contas dos recursos que lhe são destinados, até 45 dias após a data do término do convênio.

As partes convenientes ficaram de posse dos termos completos do Convênio que foi assinado em Brasília – DF, em 9.7.73.

D.O. União, 1-10-1973, p. 9893 – Seção I, Parte I

Resumo do Convênio celebrado entre o Instituto Nacional do Livro, órgão do Ministério da Educação e Cultura e a Universidade Federal de Minas Gerais, para manutenção de alunos estagiários.

O Instituto consignará o auxílio de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), para manter estagiários, alunos do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, em serviços relacionados diretamente com o público, obrigando-se a Universidade Federal de Minas Gerais a indicar alunos mantidos no seu Curso de Biblioteconomia que estejam em condições de executar Tarefas na Biblioteca Pública de Minas Gerais "Professor Luís de Bessa", nas secções de Consulta, Referência, Empréstimos e Extensão, devendo enviar relatórios e efetiva prestação de contas; os recursos que lhe são destinados até 45 dias após a data do término do convênio.

D.O. União, 11-10-73, p. 10.397.

Resumo do Convênio celebrado entre o Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação e Cultura, a Fundação Universidade do Amazonas, e a Secretaria de Educação e Cultura do Amazonas, para manutenção de alunos estagiários.

A Secretaria colocará à disposição do Curso de Biblioteconomia da Universidade, 2 Carros-Biblioteca, e selecionará alunos do referido curso para estagiarem em serviço de extensão suburbana e rural com os Carros-Bibliotecas.

O Instituto compromete-se a retribuir a prestação dos serviços realizados pelos alunos selecionados mediante a destinação de recursos no valor de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros), bem como fazer a doação



inicial de livros para os carros-biblioteca, no total de 2.000 volumes, devendo a Universidade enviar relatório e efetiva prestação de contas dos Recursos que lhe são destinados até 45 (quarenta e cinco) dias após a data do término do Convênio.

As partes convenientes ficaram de posse dos termos completos do convênio que foi assinado em Brasília – Distrito Federal, em 3 de setembro de 1973.

D.O. União, 11-10-73, p. 10.397.

10. PRÊMIO DE LITERATURA DESPORTIVA NO INL

O Instituto Nacional do Livro instituiu esse prêmio em 1972.

Foi a primeira vez que se realizou no Brasil um concurso desse gênero, atendendo a uma preocupação do MEC de proporcionar o aparecimento de obras sobre Educação Física, adaptadas à realidade nacional. O critério da premiação, cujas atividades se desenvolveram em julho passado, foi o seguinte:

Educação Física, Desportiva e Recreativa. -

1.º lugar Cr\$ 12.500,00; 2.º lugar Cr\$ 6.000,00 e 3.º lugar Cr\$ 4.000,00.

Os mesmos valores foram atribuídos aos três primeiros colocados no gênero Medicina Desportiva.

..... O O O



NOTICIÁRIO NACIONAL

1. **AMAZONAS** – O Departamento de Ensino Médio, da Escola Técnica Federal do Amazonas, publicou interessante Boletim orientador da consulta interna e externa de sua biblioteca, organizado pelos bibliotecários JORGE PLÁCIDO DE ARAUJO e MARLENE DE OLIVEIRA QUEIROZ.
2. O bibliotecário Rodolpho Tsupal, renunciou ao cargo de presidente da Associação dos Bibliotecários do Amazonas. O novo presidente eleito e empossado é a bibliotecária Irdeia Simonetti Melo.
3. **BAHIA** – A Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Bahia (APBEB) tem desenvolvido grande atividade, no sentido de dinamizar seus seis Grupos de Trabalho, realizou também, durante os meses de setembro e outubro um CURSO DE CATALOGAÇÃO, ministrado por Lindaura Alban Corujeira. No final se inscreveram 79 profissionais.
4. O Departamento de Biblioteconomia, da UFBA, realizou um Curso de Planejamento de serviços de Bibliotecas, de 22 de outubro a 1.º de novembro. Inscreveram-se 115 bibliotecários.
5. **BRASÍLIA** – A nova Diretoria da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal tomou posse no dia 6 de outubro, estando assim constituída:

Presidente	Aníbal Rodrigues Coelho
Vice	Sebastião de Souza
1.º Secretário	Vera Regina Ferreira
2.º Secretário	Marynice de Medeiros Matos
1.º Tesoureiro	Osmar Bettiol
2.º Tesoureiro	Iracema de Almeida Lima
Diretora Técnica	Isa de Araújo Alegria
Diretora Social	Maria Aparecida M. Castro Pinto

6. ABDF – GRUPO JURÍDICO

Coordenadora	Maria Laura Lion
Vice-Coordenadora	Maria Rija Baptista Dutra
1.ª Secretária	Maria Thereza dos Santos Peçanha
2.ª Secretária	Maryse Alves Coelho
Tesoureira	Alcídia Mendes Teixeira



7. ENCONTRO NACIONAL DE EDITORES

Durante o VII Encontro Nacional de Editores, realizado em Brasília de 16 a 20 de outubro, foi apresentada proposta para a criação de uma empresa de capital aberto, destinada à comercialização do livro — COMLIVRO. A fim de concretizar essa idéia foi encaminhada uma petição ao M. do Planejamento, no sentido de que os incentivos fiscais, deduzidos do imposto de renda pago pelas gráficas, editoras e livrarias, sejam canalizados, durante 5 anos, para a nova empresa. Outras propostas foram apresentadas: regulamentação das profissões de editor, distribuidor, livreiro e creditista do livro.

8. O VIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação será realizado em Brasília, em julho de 1975. O tema central será: Responsabilidade Social das Bibliotecas no plano educacional do Brasil.
9. O Departamento de Biblioteconomia, da Universidade de Brasília realizou um Encontro de ex-alunos, nos dias 10 e 11 de outubro próximo passado, cuja finalidade foi recolher sugestões para possível mudança do currículo e métodos de ensino.
10. Pela Portaria 146, de 17-8-1973, publicada no Suplemento do Diário Oficial da União, Seção I, Parte II, p. 67-68, o DASP publicou as atividades típicas do Bibliotecário "A" e "B" do Serviço Público Federal. (Rev. Bras. Bibliot. e Doc. v.2, 1/3, 1973).
11. O bibliotecário Raul C. Rosinha, do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária, apresentou ao VII Congresso B.B.D. um trabalho de 48 páginas, denominado Periódicos Brasileiros de Agricultura.
12. O bibliotecário ABNER L.C. VICENTINI foi eleito por quatro anos Conselheiro da FID.
13. MARIA ALICE BARROSO, diretora do Instituto Nacional do Livro, esteve em Portugal a convite do Ministério da Educação daquele país. Foi ouvida sobre o projeto de criação do Instituto do Livro Português, cuja estrutura se assemelhará a do INL.
14. **V ENCONTRO NACIONAL DE ESCRITORES**

A criação de uma empresa de capital aberto, destinada à comercialização do livro — a COMLIVRO — foi uma das teses apresentadas durante o Encontro que se realizou em agosto, em Brasília. Deverá ser encaminhada uma proposta ao Ministro do Planejamento, no sentido de serem canalizados, durante cinco anos, para essa nova empresa, os incentivos fiscais, deduzidos do imposto de renda pago pelas gráficas, editoras e livrarias. Outras propostas foram aceitas pelo plenário: a) estabele-



- cimento de convênio para a criação de um fundo de recursos, destinado à promoção do livro; b) maior utilização do reembolso postal; c) que o MEC e o M. Planejamento desenvolvam pesquisas sobre o mercado de trabalho; d) regulamentação das profissões de editor, distribuidor, livreiro e creditista do livro; e) promoção de cursos de formação e treinamento de empregados em livrarias; f) ampliação e atualização das bibliotecas de obras brasileiras e participação de feiras no exterior.
15. **GOIÁS** – Reiniciou suas Atividades a Biblioteca Municipal de Goiânia, cujo acervo é agora de 18.000 volumes, 5.000 dos quais foram doados pelo INL.
 16. **GUANABARA** – Semana do Livro – O Ministro de Educação e Cultura, comemorando a Semana do Livro cujas festividades anuais são levadas a efeito de 22 a 29 de outubro, inaugurou a Exposição do Livro Brasileiro, cujo patrocínio e organização estiveram a cargo do Instituto Nacional do Livro, do Sindicato Nacional dos Editores de Livros e da Caixa Econômica Federal. A mostra teve lugar no saguão da Caixa Econômica, à Avenida Rio Branco, 174, no Rio de Janeiro.
 17. **EXPO-LIVRO 73** – Todas as obras editadas no Brasil durante o ano, fizeram parte da EXPO-73, inaugurada em 5 de outubro, no edifício do MEC, no Rio de Janeiro, em comemoração ao DIA DA CULTURA E DA CIÊNCIA. Os livros foram doados por editoras para complementar os acervos das 20 bibliotecas regionais cariocas. A promoção foi levada a efeito pela Secretaria de Cultura da Guanabara.
 18. **IBBD** – A Coordenação de Informações concedeu auxílio ao IBBD para edição do Catálogo Coletivo de Publicação Periódica em Ciências Agrícolas.
 19. **INDÚSTRIA GRÁFICA** – Realizou-se na Guanabara, de 10 a 14 de outubro o IV Congresso Latinoamericano de Indústria Gráfica. Temário: Sistemas de Impressão; Foto-composição; Tecnologia do Papel; Embalagem e Encadernação.
 20. **RIO DE JANEIRO, GB** – Novas bibliotecas regionais serão criadas no Estado da Guanabara. Existem atualmente 19 bibliotecas, incluindo a da Presidente Vargas, 1261, e três volantes. A bibliotecária Chefe da Divisão de Bibliotecas e Documentação, CONSUELO CHERMONT DE BRITO informou que, durante o presente exercício, ainda serão criadas outras bibliotecas e implantados novos serviços. A rede dispõe de reduzido número de bibliotecários, em face da disparidade de salários pagos pelo governo estadual e empresas privadas. Em 1972 a rede atendeu a 956.316 consulentes.



21. **MINAS GERAIS** – A Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais promoverá brevemente os seguintes Cursos:

PROFESSOR ADJUNTO

DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA

1. Jandira Batista de Assunção
2. Maria Martha de Carvalho
3. Etelvina Lima
4. Ruth Versiani Tavares

DEPARTAMENTO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

1. Annaiz Maria Pereira Vial
2. Lucy Gonçalves Fontes
3. Maria Lúcia Andrade Garcia
4. Vera Amália Amarante Macedo

PROFESSOR ASSISTENTE

DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA

1. Marília Júnia de Almeida Gardini
2. Odília Clark Peres Rabello

22. A Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa acaba de publicar a obra 2000 Livros Agrícolas em Português. Ótima contribuição para o desenvolvimento da FEBAB/CBDA.
23. **PERNAMBUCO** – ATIVIDADES DOS GRUPOS DE TRABALHOS – Os Grupos de Trabalhos da APBPe realizam reuniões mensais, para as quais são convidadas personalidades ligadas às respectivas áreas, a fim de pronunciarem palestras. Realizou também um Curso sobre AUTOMAÇÃO NA CATALOGAÇÃO por Lia Manhães Frota, de 26 a 29 de novembro.
24. **BIBLIOGRAFIAS** – A Biblioteca do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco – CONDEPE – sita no Edifício San Diego, 180-8.º andar, em Recife (prolongamento da Avenida Dantas Barreto), dispõe bibliografias sobre os seguintes assuntos: Administração de material; Dados estatísticos de Pernambuco; Distritos Industriais; Ecologia; Educação e Alfabetização de Adultos no Brasil; Ferrovias; Finanças Públicas; Fosforita em Pernambuco; Ictogrametria; Irrigação; Mão de Obra; Migrações Internas; Migrações Nordestinas; Organização e Métodos; Pesquisa no Setor Agropecuário do Nordeste; Planejamento no Brasil; Poluição; Recursos Ambientais no Recife; Resina do Caju; Saneamento e Saúde; Zona da Mata.
25. **A IV JORNADA SUL-RIO-GRANDENSE DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO** – Será realizada no período de 26 a 31 de maio de 1974. A promoção é da Biblioteca Central da UFRS e



Associação RioGrandense de Bibliotecários. As Jornadas Riograndenses objetivam reunir os bibliotecários do Estado, para debater problemas de interesse da classe, das bibliotecas e centros de documentação do Rio Grande do Sul.

26. **SÃO PAULO – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS** – A Biblioteca Pública de São José dos Campos está agora instalada em novo edifício, projetado em linhas bem avançadas. Dispõe de dois pavimentos. Durante o mês de junho, foram feitas 45.000 consultas a seus 16.000 volumes relativas a 29.000 leitores que frequentaram a Biblioteca.
27. **SÃO JOSÉ DO RIO PARDO** – Em setembro passado, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo inaugurou sua nova biblioteca, cujo acervo é de 7.000 obras.
28. **JUNDIAÍ** – tem agora nova Biblioteca Pública, à Rua Rangel Pestana, 372, instalada em prédio adaptado.
29. *A ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO* foi reconhecida, finalmente. Ela inclui os seguintes cursos: Biblioteconomia e Documentação, Jornalismo, Cinema, Rádio e Televisão, Teatro e Relações Públicas.
30. Faleceu, em São Paulo, no dia 26/9/1973 **OPHELIA FRANÇA**, Bibliotecária-Chefe da Divisão de Bibliotecas Infanto-Juvenis, da Prefeitura de São Paulo. O Prefeito expediu o Decreto 10.661/73, dando seu nome à Biblioteca Infantil da Aclimação, para reverenciar a memória de uma profissional que dedicou grande parte de sua vida às Bibliotecas Infantis.
31. Segundo informação prestada pelo Professor Sinval Medina, do Curso de Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP, publicam-se anualmente no Brasil 15.000 títulos. Há dez anos esse número era de 4.000 a 5.000.
32. A Biblioteca Central da USP publicou o Catálogo Coletivo de Periódicos de São Paulo.
33. As Bibliotecas Municipais do Estado de São Paulo, estão relacionadas em uma edição publicada pela bibliotecária Laura Russo. Vários problemas dessas instituições foram abordados.
34. **NICE M. DE FIGUEIREDO**, bibliotecária paulista, encontra-se nos USA para defender tese de doutorado (PhD) na School of Library Science da State University da Flórida com bolsa de estudos oferecida pela OEA.
35. A FEBAB publicou um volume, relacionando todas as atividades do CFB desde a sua criação. É obra indispensável aos Conselhos, Escolas, Associações e, também, a qualquer bibliotecário que deseje estar a par da legislação da sua profissão. Por Cr\$ 35,00, pode ser



adquirida no CFB, Edifício Marcia, sala 211, Brasília, DF ou na FEBAB, à rua Avanhadava, 40, conjunto 110, S. Paulo.

36. Esteve em São Paulo, em 11 de dezembro a Professora Hagar Espanha Gomes, presidente do IBBD, a fim de firmar convênio com a FEBAB, visando a publicação de levantamentos realizados pelas Comissões Permanentes: CBDA, CBDB, CBDT, CBDJ, CBDBP, CBDBE.
37. Dia 11 de dezembro, teve lugar no Palácio Bandeirantes, sede do governo paulista, a solenidade de formatura da Escola de Biblioteconomia, da Fundação Escola Sociologia e Política de São Paulo. Em seus 35 anos de existência foi a maior turma formada pela Escola, constituída de 180 bibliotecários entre os quais 10 do sexo masculino.
38. A Escola de Biblioteconomia de São Carlos, da Fundação Educacional de São Carlos, em bonita e concorrida festa formou sua 14.^a turma no dia 15 de dezembro, constituída de 65 bibliotecários. A presidente da FEBAB foi homenageada durante a cerimônia.



39. A FEBAB NA III BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO, em cumprimento ao que determinam os artigos 14.º e 35.º do Estatuto da FEBAB, estabelecemos a programação de Reuniões que serão realizadas em junho de 1974, em São Paulo.

1. Reunião do Conselho Diretor da FEBAB, nos dias 15 e 16, sede da Federação, à Rua Avanhandava, 40, conj. 110.

2. III ASSEMBLÉIA DAS DIRETORIAS DAS COMISSÕES PERMANENTES da FEBAB, nos dias 15 e 16, em local a ser indicado oportunamente.

A FEBAB enviará novas comunicações sobre esses eventos, porém, aproveitamos esta oportunidade, para reiterar as solicitações já feitas, no sentido de serem dinamizadas ao máximo as atividades dos GRUPOS DE TRABALHOS, a fim de que possamos apresentar à consideração pública o valor e capacidade da classe bibliotecária, pois ela também contribui para a solução de problemas nacionais de grande responsabilidade: a educação e cultura do povo brasileiro.

Tendo em vista o interesse despertado na Classe com a criação das Comissões Permanentes da FEBAB, que coordenam as atividades dos GRUPOS DE TRABALHOS DAS ASSOCIAÇÕES; tendo em vista reunir os bibliotecários militantes em várias áreas de nossa profissão, resolvemos convocar Reuniões que se integrarão ao programa da III Bienal do Livro, a ser realizada no período de 15 a 23 de junho de 1974, em São Paulo.

IV ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS BIOMÉDICOS, em data a ser marcada pela Diretoria da Comissão, dentro do período acima especificado.

III ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS EM TECNOLOGIA, em data a ser marcada pela Diretoria da Comissão, dentro do período acima especificado.

III ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS JURÍDICOS, em data a ser marcada pela Diretoria da Comissão, dentro do período acima especificado.

IV ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS AGRÍCOLAS, em data a ser marcada pela Diretoria da Comissão, dentro do período acima especificado.

I ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS E RESPONSÁVEIS POR BIBLIOTECAS PÚBLICAS, em data a ser marcada pela FEBAB, dentro do período acima especificado.

I ENCONTRO DE BIBLIOTECÁRIOS E RESPONSÁVEIS POR BIBLIOTECAS ESCOLARES DO 2.º GRAU DE ENSINO, em data a ser marcada pela FEBAB, dentro do período acima especificado.

Oportunamente a FEBAB enviará outros avisos.



NOTICIÁRIO INTERNACIONAL

1. Registramos com pesar o falecimento de dois grandes bibliotecários, que sempre estiveram ligados à biblioteconomia brasileira: *Luiž Florén Losano*, um dos fundadores da Escola Interamericana de Bibliotecologia, de Medellín, Colombia e de *David Clift* que, durante muitos anos, foi um dos diretores da American Library Association.
2. O Professor Javier Lasso de la Vega foi eleito Membro Honorário da FID/CCC, em reconhecimento a sua atividade, visando difundir a CDU. O insigne mestre esteve no Brasil em 1959 e 1971. Retirando-se de suas inúmeras atividades, Lasso de Vega dedicar-se-á à 2.ª edição de sua obra *Manual de Documentação*. Seu endereço em Madrid é: Calle Serrano, 176.
3. COSTA RICA – *Primeiro Seminário Interamericano sobre Documentação Agrícola*. Realizou-se em Turrialba, Costa Rica, de 27 de agosto a 21 de setembro de 1973, com duração de 4 semanas.
4. CARIBE – *A Associação de Bibliotecas Universitárias e de Pesquisa do Caribe* realizou sua 5.ª Assembléia Geral em Miami, durante o mês de outubro último. Agrupando 88 instituições membros de 15 países, tem como objetivo principal: coordenar esforços para o desenvolvimento das bibliotecas da área do Caribe.
5. FID e FID/CLA – Realizaram-se em Bogotá, Colômbia, de 15 a 19 de outubro passado a 13.ª Reunião da FID/CLA e o IV Congresso Regional de Documentação. O tema central da Reunião da FID/CLA foi: A TECNOLOGIA NOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO. Temário: 1) Automatização e Tecnologia nos Serviços de Informação na América Latina; 2) Projetos de Automatização; 3) Serviços de Informação para a Indústria; 4) Participação de organismos e associações internacionais nas atividades de informação na América Latina; 5) Sistemas nacionais de informação.
6. I CONGRESSO INTERNACIONAL DO MICROFILME – Será realizado em São Paulo, de 7 a 10 de outubro de 1974, sob o patrocínio da Associação Brasileira do Microfilme. Local: Parque Anhembi-Palácio das Convenções. Informações devem ser solicitadas à Comissão Organizadora, à Avenida Prestes Maia, 241, 14.º andar, conjunto 1414 – São Paulo – Brasil.
7. A UNESCO realizou em Paris, de 20 a 22 de novembro, a Conferência Européia sobre Pesquisas na Administração de Serviços de Informação e de Bibliotecas.
8. OEA. A FEBAB comunicou, por Circular, às Associações filiadas a forma de obtenção de bolsas de estudos, fornecidas pela OEA, para a



realização de Cursos na Escola Interamericana de Biblioteconomia de Medellin, Colômbia.

9. *UNISIST* – A primeira Reunião da Comissão Consultiva anteriormente marcada para setembro de 1973 realizar-se-á em Paris, UNESCO, nos dias 4 a 8 de fevereiro de 1974. A Associação Internacional de Bibliotecas Jurídicas, cuja sede está na Universitäts Strasse, D-355-Marburg, Alemanha, realizará em Washington, D.C., de 1 a 6 de abril de 1974, o V Curso em Biblioteconomia Jurídica.
10. *IFLA* – A 40.^a Conferência será realizada em Washington, de 16 a 23 de novembro de 1974. O Secretariado Geral da IFLA está instalado em Haia, Holanda, P.O.B. 9128. A Secretaria para a 40.^a Conferência está funcionando na Association of Research Libraries, 1527 – New Hampshire Avenue N.W. – Washington. D.C. 20036.
11. A UNESCO adotou o ISBN de prefixo 92-3. O conjunto de editores internacionais decidiu o número 92.
12. SEMINÁRIO INTERAMERICANO SOBRE DOCUMENTAÇÃO AGRÍCOLA – Realizou-se em Turrialba, Costa Rica, de 27 de agosto a 21 de setembro. Dele participaram os seguintes bibliotecários, ligados à CBDA da FEBAB: Cely Farias Raphael, presidente da CBDA, Dina Maria Moretti, Clara Maria Galvão e Nydia da Silveira Caldas.
13. I Congresso Internacional de Informática Jurídica, 8 e 9 de outubro, Strasbourg, França.
14. *EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL E A EDUCAÇÃO*

Realizou-se de 18 a 28 de outubro passado, na Escola do SENAC o *Seminário Latinoamericano sobre Centros Audiovisuais*. Abriram o conclave o Professor Walder Moreira, diretor do Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL) e o Professor Alvaro Gadez y Fuentes do Instituto Latinoamericano de Comunicação Educativa (ILCE). A realização do Seminário teve o apoio administrativo do CENAFOR que é uma Fundação criada em 1969, pelo Governo Federal para formar, aperfeiçoar, e especializar o corpo docente, técnico e administrativo das escolas de 2.^o grau, públicas e particulares, bem como para atender o pessoal da administração do sistema educacional. Atende os responsáveis pela formação e treinamento de pessoal nas empresas ligadas aos setores primário (agrícola), secundário (indústria) e terciário (comercial e serviços). Para cumprir os seus objetivos, a Fundação CENAFOR opera por meio de: cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização; seminários, encontros, reuniões e grupos de trabalho; estudos, levantamentos e pesquisas; bolsas e estágios no País e no exterior; produção de documentação; produção de recursos auxiliares de ensino (audiovisuais); assistência



técnica. Os recursos da Fundação CENAFOR provêm basicamente do orçamento do Ministério da Educação e Cultura, por intermédio do DEM – Departamento de Ensino Médio. Podem beneficiar-se da Fundação CENAFOR: Professores de disciplinas especializadas; instrutores de aprendizagem; diretores orientadores pedagógicos; orientadores educacionais; secretários, bibliotecários; responsáveis pela confecção de recursos auxiliares de ensino; coordenadores e encarregados de treinamento nas empresas. Os sete Centros de Educação Técnica com que a Fundação CENAFOR conta são:

CETEAM – Centro de Educação Técnica da Amazônia – sede em Belém

CETENE – Centro de Educação Técnica do Nordeste – sede em Natal

CETEBA – Centro de Educação Técnica da Bahia – sede em Salvador

CETEB – Centro de Educação Técnica de Brasília – sede em Brasília.

CET-UTRAMIG – Centro de Educação Técnica da Universidade do Trabalho de Minas Gerais – sede em Belo Horizonte;

CETEG – Centro de Educação Técnica da Guanabara – sede no Rio;

CETERGS – Centro de Educação Técnica do Rio Grande do Sul – sede em Porto Alegre.

15. PORTUGAL

CURIOSIDADES – que o periódico *Cadernos de Biblioteconomia Arquivística e Documentação* registra, em relação a termos biblioteconômicos usados em Portugal.

BRASIL

Acervos

Usuário, consulente

Subsídios, contribuições

Característico

Turma, equipe

Fichários, arquivos, catálogos

Número de chamada

lugar

Imprensa

Leitura na biblioteca

Leitura domiciliar

Entidade

Transformação

Bolsista



16. *CATÁLOGO COLETIVO* – Técnico Científico de Angola – Por determinação legal sua organização compete ao Setor de Catálogos Coletivos, do Centro de Documentação Científica, do Instituto de Investigação Científica de Angola, C.P. 3244 – LUANDA.
17. *ESTADOS UNIDOS* – Em 1972 a venda de livros nos USA excedeu a quatro bilhões de dólares. As cifras relativas a 1971 demonstram que 4.000 títulos importados foram publicados, sendo que 794 deles foram dos setores da sociologia e economia. Dos 38.000 títulos publicados nos USA em 1971, 25% foram de sociologia e economia; 8% de literatura; 8% de ciência; 5,3% de história. Houve expressivo aumento de livros artísticos e infantis nos últimos anos.

Segundo a Associação Interamericana de Bibliotecários – ALA, um dos objetivos dos bibliotecários é tornar as bibliotecas mais receptivas às necessidades comunitárias. Para atender a essas e outras necessidades o governo federal consignou, em 1972, a verba de 164 milhões de dólares (164.000.000 x 6,20 = 1.016.800.000,00 de cruzeiros) para bolsas de estudo, centros de treinamento e programas de orientação.

Existem nos USA 7190 bibliotecas públicas que integram 4855 bibliotecas ramais. Além do mais, existem 1077 bibliotecas pré-universitárias e cerca de 500 bibliotecas especializadas em assuntos jurídicos. Os 383 milhões de volumes, das 2500 bibliotecas universitárias do país proporcionam a média de 43 livros por estudante.

Dados de Frank Gomez

Diário de Brasília, 5-10-73.

18. *ALEMANHA* – Universidade após formação na empresa.

O Professor Turner, presidente da Universidade de Hohenheim, nas proximidades de Stuttgart, pretende que se estabeleça um vínculo entre o preparo profissional na prática e a conclusão do curso universitário. De acordo com suas propostas, no caso do concluinte de curso pré-universitário, que inicie um formação profissional, deve ser levado em conta, durante o estudo universitário, o tempo dispendido naquela formação. Turner, que na atualidade é presidente da Conferência de Reitores de Baden-Württemberg, acredita que dessa maneira as universidades poderão ficar aliviadas. A precondição para isso seria, naturalmente, que os cursos e profissionais, ministrados aos estudantes nas empresas, fossem comparáveis aos das universidades. Devido à escassez de vagas no ensino superior, diversas firmas, associações e administrações empresariais já estão promovendo o desenvolvimento dos cursos que preenchem aquela precondição.



Evidentemente, Turner gostaria de, por um lado propiciar às universidades o aproveitamento dessas possibilidades, mas também de combater, por outro lado, a tendência a que os cursos de formação se tornem completamente desligados dos programas e métodos das universidades.

Ao formular suas propostas, Turner partiu da reflexão de que muitos concluintes do curso secundário só batem às portas das universidades porque acham necessário possuir um diploma universitário. Em sua opinião, muitos deles renunciariam ao dispêndio de tantos anos para fazer um curso superior completo, se tivessem a oportunidade de também obter, mediante a combinação e cooperação do ensino prático com o teórico, um certificado de conclusão universitária. Eles prefeririam ter a formação profissional prática e só então, mediante as precondições correspondentes em cinco ou seis semestres de estudo universitário, obter um diploma acadêmico.

Semelhante entrosamento para a formação, fora e dentro da universidade, não só aliviaria as universidades, segundo pensa Turner, como ao mesmo tempo estabeleceria proveitosa concorrência entre as empresas, nesse domínio. Isso constituiria um desafio às escolas superiores a rebater de modo concreto a acusação de que seus cursos se orientam muito pouco pelas exigências da vida prática. Os estudantes que viessem do trabalho prático para as universidades facilitariam, além disso, certos conhecimentos da atuação profissional àqueles seus colegas estudantes do curso superior normal. E isso, afinal integraria as organizações universitárias, mais do que até agora, na sociedade e em suas realidades.

(Frankfurter Allgemeine Zeitung für Deutschland, 26-2-1973 e

Tribuna Alemã n.º 91 abril, 1973).

..... o o o





Composição e Impressão
R. Tamararé, 1025
Fone: 278-0048
São Paulo - S.P.



4 Digitalizado
gentilmente por:



DIRETORIA DA FEBAB

1972/1975

PRESIDENTE	—	Laura Garcia Moreno Russo
Vice-Presidente	—	Antonio Gabriel
Secretária Geral	—	Elza Lyrio Mello
Primeira Secretária	—	Benilda José de Souza
Segunda Secretária	—	Esmeralda Maria de Aragão
Primeira Tesoureira	—	Maria Alice de Toledo Leite
Segunda Tesoureira	—	Nara Maldonado de Carvalho
Bibliotecária	—	Marlene Gomes Martinez
Observador Legislativo	—	Adelia Leite Coelho

ASSOCIAÇÕES FILIADAS

- 1 — Associação Paulista de Bibliotecários
- 2 — Associação Profissional de Bibliotecários do Estado de Pernambuco
- 3 — Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Guanabara
- 4 — Associação Riograndense de Bibliotecários
- 5 — Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Bahia
- 6 — Associação dos Bibliotecários Municipais de São Paulo
- 7 — Associação de Bibliotecários de Minas Gerais
- 8 — Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal
- 9 — Associação Campineira de Bibliotecários
- 10 — Associação dos Bibliotecários do Ceará
- 11 — Associação dos Bibliotecários Sãocarlenses
- 12 — Associação Paraense de Bibliotecários
- 13 — Associação Bibliotecária do Paraná
- 14 — Associação Amazonense de Bibliotecários
- 15 — Associação Profissional de Bibliotecários do Estado do Maranhão





Digitizado
gentilmente por:



11 12 13 14